

**UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS
PRÁTICAS DOCENTES NO ENSINO FUNDAMENTAL**

VALDIR FRANCISCO DA SILVA FILHO

**O LIVRO DIDÁTICO E SUA RELAÇÃO DIALÉTICA NO ENSINO
APRENDIZAGEM**

SANTOS

2018

VALDIR FRANCISCO DA SILVA FILHO

**O LIVRO DIDÁTICO E SUA RELAÇÃO DIALÉTICA NO ENSINO
APRENDIZAGEM**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Metropolitana de Santos, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Práticas Docentes no Ensino Fundamental.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Luiz Schneider.

SANTOS

2018

Silva Filho, Valdir Francisco da
O Livro Didático e sua Relação Dialética no Ensino
Aprendizagem/Valdir Francisco da Silva Filho, Santos, 2018.
109, fls.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Metropolitana de Santos. Programa de Pós-graduação em Práticas Docentes no Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Livro Didático; Escola, Estado e Sociedade; Educação; Ensino Fundamental II; Guia do Livro Didático.

A Dissertação de Mestrado intitulada “O Livro Didático e sua Relação Dialética no Ensino Aprendizagem”, e elaborada por Valdir Francisco da Silva Filho, foi apresentada e aprovada em 09/03/18, perante banca examinadora composta por Prof. Dr. Alberto Luiz Schneider; Márcia Juliana Santos; Elisete Gomes Natário; Renata Barrocas.

Prof Dr.Alberto Luiz Schneider
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dra. Luana CarramilloGoing
Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Programa: Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental
Área de Concentração: Práticas Docentes no Ensino Fundamental
Linha de Pesquisa: Docência e práticas interdisciplinares no Ensino Fundamental

Este trabalho é dedicado à Deus e a minha família.

Faça da sua força o seu maior estímulo
para seguir em frente todos os dias.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter iluminado meu caminho até aqui.

A minha esposa e filha, por todo o apoio e compreensão durante o decorrer deste curso.

Agradeço a todos os professores, especialmente a Prof. Dr. Márcia Juliana Santos, que me deu todo o suporte com suas correções e incentivos. É um prazer tê-la na banca examinadora.

A Prof. Dr. Elisete Gomes Natário, por sua dedicação ao decorrer deste curso. Eu posso dizer que a minha formação, inclusive pessoal, não teria sido a mesma sem a sua pessoa.

A prof. Dr. Renata Barrocas, pela orientação, suporte, apoio e confiança.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Alberto Luiz Schneider, por todas as orientações e ensinamentos que valem para além da esfera acadêmica. Por sua dedicação e paciência para esclarecer todas as dúvidas.

Aos meus colegas de turma, que estiveram comigo durante o decorrer desta trajetória.

“Os livros não foram feitos para serem acreditados, mas para que os questionemos. Quando lemos um livro, devemos perguntar a nós próprios não o que diz, mas o que significa.”

(Umberto Eco)

SILVA FILHO, Valdir Franciso da. O Livro Didático e sua relação dialética no ensino aprendizagem 2017. 109 p. Projeto de Dissertação do Programa de Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos, Santos, 2018.

RESUMO

O objetivo desta investigação é procurar novas respostas para um velho problema: de que modo o livro didático responde às questões relativas à construção dos novos saberes. O trabalho busca compreender as relações entre escola, Estado e sociedade, sobretudo a partir de uma análise centrada nos caminhos que o livro didático tem feito ao longo de sua existência. O livro didático não é mero produtor das ideologias dominantes. Entendemos que as mudanças na produção didática têm sido objeto de estudo de diferentes teóricos que visaram a dar respostas à crise de identidade dos professores, sublinhando a necessidade da qualidade. O livro didático esteve aliado à promoção da cultura e da educação em massa ao longo do século XX, em paralelo com a emergência de novos governos e ideologias que vêm se transformando em processo de homogeneização cultural. O livro didático é marco no que se refere aos ganhos civilizatórios que a educação massificada representa. No entanto, os pressupostos da produção didática precisam ser questionados. Portanto, queremos em nossa pesquisa avaliar, por meio da observação de participantes, o modo como os professores do Ensino Fundamental II utilizam os livros no cotidiano. Com isto, desta-se a importância do produto final e os processos na elaboração do formato de guia do livro didático como um recurso que irá auxiliar professores no ambiente educativo.

Palavras-chaves: Livro Didático; Escola, Estado e Sociedade; Educação; Professores do Ensino Fundamental II; Guia do Livro Didático.

SILVA FILHO, Valdir Francisco da. O Livro Didático e sua relação dialética no ensino aprendizagem 2017. 109 p. Projeto de Dissertação do Programa de Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos, Santos, 2018.

ABSTRACT

The purpose of this research is to look for new answers to an old problem: how the textbook answers questions about the construction of new knowledge. The work seeks to understand the relationships between school, state and society, especially from an analysis centered on the paths that the textbook has made throughout its existence. The textbook is not merely a producer of the dominant ideologies. We understand that the changes in didactic production have been the object of study of different theorists that aimed to give answers to the crisis of the identity of teachers, emphasizing the need for quality. The textbook was allied to the promotion of culture and mass education throughout the twentieth century, in parallel with the emergence of new governments and ideologies that have been transformed into a process of cultural homogenization. The textbook is a milestone in what refers to the civilizational gains that mass education represents. However, the assumptions of didactic production need to be questioned. Therefore, we want in our research to evaluate, through the observation of participants, the way teachers of Elementary School II use the books in daily life. With this, we highlight the importance of the final product and the processes in the development of the guide format of the textbook as a resource that will assist teachers in the educational environment.

Keywords: Didactic Book; School, State and Society; Education; Elementary School II; Didactic Book Guide.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – O que o livro didático deve ser e não ser.	81
--	----

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABRALE – Associação Brasileira de Editores de Livros

ABRELIVROS – Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos

CNLD – Comissão Nacional do Livro Didático

FAE – Fundação de Assistência ao Estudante

FENAME – Fundação Nacional do Material Escolar

FHC – Fernando Henrique Cardoso

INL – Instituto Nacional do Livro

LD – Livro Didático

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PNBE – Programa Nacional Biblioteca na Escola

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

UNIMES – Universidade Metropolitana de Santos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
1.1 Minha Prática Profissional.....	14
DELIMITAÇÃO E PROCEDIMENTO DA PESQUISA	16
OBJETIVOS	16
INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1: A RELEVÂNCIA DO LIVRO DIDÁTICO	23
CAPÍTULO 2: PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL	43
2.1 Políticas públicas e o livro didático.....	47
2.2 O PNLD em 1995 e suas alterações no governo de Fernando Henrique Cardoso	48
2.3 O PNLD e o governo Luiz Inácio Lula da Silva	50
CAPÍTULO 3: O LIVRO DIDÁTICO: TRADIÇÃO OU INOVAÇÃO	55
CAPÍTULO 4: O LIVRO DIDÁTICO E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA	61
4.1 Organizadores prévios e o livro didático.....	67
CAPÍTULO 5: O LIVRO DIDÁTICO E O CURRÍCULO	70
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
PRODUTO FINAL: GUIA DE ORIENTAÇÃO AO PROFESSOR PARA ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO	79
INTRODUÇÃO	81
1 OBJETIVOS.....	81
1.1 Objetivo específico	81
1.1.2 Metodologia.....	82
2 ALGUMAS ORIENTAÇÕES SOBRE O GUIA	83
3 O PAPEL DO LIVRO	85
3.1 O uso do livro didático como fonte de pesquisa.....	86
3.1.1 O uso do livro didático como suporte.....	89
4 A RELEVÂNCIA DO LIVRO DIDÁTICO	90

4.1 Livro didático: problema ou solução em sala de aula?	92
4.1.1 Livro didático: uma questão de escolha	96
5 O LIVRO DIDÁTICO: IDEOLÓGICO OU NEOLIBERALISMO	100
REFERÊNCIAS	101

APRESENTAÇÃO

“A visão de que não há ensino de qualidade nem reforma educacional, nem inovação pedagógica sem uma adequação da formação de professores” (Nóvoa, 1992). Para apresentar esta minha dissertação iremos iniciar a partir de minha trajetória profissional como educador e pesquisador na área educacional. Esta narrativa está permeando toda minha vivência, aprendizados e trabalhos neste campo.

1.1 Minha Prática Profissional

A minha discussão sobre o livro didático tem a ver com uma perspectiva do uso do mesmo de uma maneira geral. Em vista disto, o meu objetivo é trazer para esta narrativa um novo pensar a partir deste debate com minha pesquisa. Portanto, a nossa conversa tem a ver em tentar discutir de que forma o livro didático é utilizado na escola.

Então, a pergunta que surgiu é: Como este livro didático vem se estabelecendo com esses protagonistas? Qual a relação da minha fala equiparada as minhas pesquisas que estão semânticas “O livro didático e sua relação dialética no ensino aprendizagem.”

Esta minha pesquisa não partiu do acaso, mas ela tem a ver também com a minha trajetória na rede pública de ensino como professor de educação básica. A partir daí, observamos como os professores da rede pública se utilizam do livro didático e como é esta relação entre o livro didático e o professor e seu papel no contexto escolar.

Destarte, poderemos pensar da seguinte forma: De que maneira ou como o livro didático poderá vir a ser um produto cultural e como ele pode ser utilizado? Visto que, essa utilização não deve ocorrer por imposição, mas a partir de uma negociação dentro da escola.

Lembramos que não podemos esquecer como o livro didático se estabelece com as políticas curriculares, que no caso nesta pesquisa, pretendemos discutir as questões do livro e o currículo. E a partir dessa análise sobre o livro didático que pretendemos problematizar o uso do livro didático.

Em nossa percepção, partimos da seguinte análise: Se há da parte do professor, nessa relação com o livro didático, uma aproximação ou um estranhamento? O livro didático se classifica em anunciação e denúncia. O livro didático como anunciação está posto para nós como uma fronteira ibeizada com várias possibilidades. Já o livro didático como denúncia é aquilo que está posto por conta das políticas públicas.

A partir daí, notamos um desafio em: Como pensar como o livro didático vem ocupando lugar no cenário educacional e como ele se articula com as múltiplas dimensões curriculares e as políticas educacionais? E a partir disto, problematizamos e antecipamos o que iremos argumentar e propor nesta pesquisa. Assim, como o currículo, que é algo complexo e multifacetário.

A partir desta anunciação, é necessário permitimos pensar no livro didático como algo híbrido, podemos assim se utilizar da fala de Paulo Freire acerca da anunciação podendo colocar aquilo que chamamos de anunciação e de enfrentamentos aos desafios que estamos considerando em nosso trabalho, que de uma forma ou de outra, o livro didático precisa fazê-lo.

Então, a partir desta reflexão, não há um livro em sua totalidade ruim demais que não possa ser utilizado, e também não há um livro bom demais que não mereça ser revisado ou melhorado. Destarte, o que se pode perceber na questão específica é que no lidar do livro didático há ou existe, não um fechamento, algo prontamente abordado, mas sim há uma fronteira onde tudo é possível. E tudo tem haver com o uso do livro em perspectiva, com o livro didático a partir da seguinte análise: Como tem sido criado e reiventado no contexto da escola?

DELIMITAÇÃO E PROCEDIMENTO DA PESQUISA

Como procedimento metodológico para realização dessa pesquisa, foram utilizados uma série de procedimentos a saber. No primeiro momento, um levantamento bibliográfico buscando oferecer um suporte teórico para a elaboração da dissertação. A metodologia operada nesta pesquisa é utilizada a fim de chegar ao nosso objetivo e conhecimento e entendimento maior e mais afundado e satisfatório a respeito do livro didático (LD).

A partir de estudos teóricos realizados por nós, construímos o objeto desta pesquisa com referencial de caráter qualitativo. Para atender ao objetivo da pesquisa, inicialmente realizamos uma busca nas produções acadêmicas, quais poderiam contribuir com o nosso tema.

No primeiro momento, efetuamos uma busca por dissertações, teses, artigos científicos em plataformas como SCielo, Google Acadêmico e afins. O caminho metodológico por nós construído foi necessário para a construção das bases que sustentaram o desenvolvimento de nossa pesquisa. Por conseguinte, a perspectiva teórica adotada nesta dissertação localiza o livro didático no ambiente educativo de inquietude cercado pela cultura escolar.

OBJETIVOS

Este trabalho possui como objetivo dispor uma reflexão sobre o papel que o livro didático dos anos iniciais do ensino fundamental II ocupa no processo educativo. A partir desta questão referente ao nosso tema, sobre o uso do livro didático, argumentamos se há uma relevância, ou não, quanto ao uso do livro didático em sala de aula.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Analisar o papel do livro didático e a prática docente, sobre o que pensam os (as) professores (as) acerca do PNLD e recolher informações mais aprofundadas e abrangentes sobre o uso do Guia bem como sobre o processo de implementação do PNLD no âmbito escolar e quais seriam as possíveis implicações que estão inseridas quanto a sua utilização.

INTRODUÇÃO

Trata-se de um estudo na linha de pesquisa de Mestrado Profissional Práticas Docentes no Ensino Fundamental, do programa de pós-graduação da Universidade Metropolitana de Santos.

O estudo traz consigo e se propõe mediante pesquisa bibliográfica, fazer uma leitura desta temática que é o livro didático. Onde a mesma se fundamenta na construção e análise acerca do livro didático (LD) que será defendida em 05 (cinco) capítulos deste trabalho.

Com o propósito de aprender sobre o livro didático (LD), o que se tem produzido em relação a esta temática, o corpo desta pesquisa investigativa retrata um sincrônico objeto acerca do livro didático (LD), tendo como potencial objetivo em desenvolver outras pesquisas e consolidação do conhecimento.

A estruturação de nossa reaplicação a tais inquirições indispensável nos levou a organizar em 05 (cinco) capítulos, além da introdução, delimitação e procedimento da pesquisa e o produto final. No primeiro capítulo, discutiremos a relevância do livro didático que contextualiza o tema do nosso trabalho e expõe a aderência desta dissertação ao programa do Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental.

Desta forma, propomos mediante pesquisa bibliográfica, fazermos uma leitura do livro didático com o objetivo de conhecer as contribuições do livro didático (LD) e como se dá esta relação dialética, onde o leitor irá encontrar vários aspectos por nós aqui abordado referente a mudanças e permanências acerca do uso do livro didático (LD) em sala de aula.

Já no segundo capítulo, contemplamos como objetivo investigar o modo com que ocorre a implementação da política pública voltada para o livro didático (LD), onde tais políticas ganham corpo a partir do programa nacional do livro didático (PNLD).

Neste capítulo compreende a dinâmica e interlocução do governo federal no sentido de se concretizar as políticas de distribuição do livro didático (LD). Desvendar os parâmetros do PNLD e explicar como a política nacional do livro didático embrenha-se no espaço escolar.

No terceiro capítulo, nos dedicamos a abordar o livro didático: “Tradição ou inovação?” Como objeto de pesquisa. Enfatizaremos a sua importância onde o mesmo é o resultado desse entrelaçamento entre livro didático (LD) e sua vinculação nas ações do cotidiano das protagonistas do espaço escolar.

No quarto capítulo, o livro didático e aprendizagem significativa. Como o livro didático (LD) tem um papel fundamental no processo de aprendizagem? É importante trazer neste capítulo a contribuição da teoria de David Ausubel.

No quinto capítulo, nos dedicamos ao livro didático e o currículo, em consequente da pesquisa que será apresentada como produto final, a elaboração de um formato de guia do livro didático, como um recurso que irá auxiliar professores, seguindo das considerações finais deste trabalho que constituem para a finalização do mesmo.

Por fim, iremos apresentar uma síntese das reflexões que elucidam a nossa dissertação. Iremos apontar a necessidade de compreender que este trabalho não se exaure nesta pesquisa, mas ao contrário, apontamos que o mesmo recomenda outras reflexões que possam levar a novos saberes sobre o livro didático e seu uso em sala de aula, no sentido de apontar contribuições da pesquisa realizada para compreensão e entendimento das relações entre professores e o livro didático (LD).

“Uma vez que são os livros didáticos que estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e aprendizagem nas salas de aula (...) será por aqui que devemos começar.” (APPLE, 1995, p. 81-82).

Neste trabalho, por meio da leitura e análise de obras, realizamos uma análise crítica. Para se programar uma transformação social e cultural a partir do livro didático, é necessário examinar seus aspectos fundamentais e a forma como o livro didático vem sendo utilizado na escola, bem como as ideologias dominantes e

conservadoras, menos democráticas e transformadoras, tentam de alguma forma ditar as regras e padrões para a sociedade por meio do livro didático.

Assim como em todos os lugares do mundo existem hoje, existiram no passado e provavelmente sempre existirão livros de boa qualidade e livros de qualidade duvidosa toda generalização no que diz respeito a má qualidade parece resultar de insipiência ou uma má fé. A forma mais frequente de utilização dos livros que consideramos inadequados superestima o papel dos mesmos em relação a outros instrumentos para o trabalho pedagógico, conduzindo à escolha, por parte dos professores daqueles que oferecem mais facilidades. É necessário preparar-se pois, o papel do livro didático, mantendo-se seu caráter necessário, mas redimensionando-se sua importância relativa. O professor não pode abdicar do privilégio de projetar os caminhos a serem trilhados juntamente com os alunos, conformando-se aos oferecidos pelo livro didático, ainda que de boa qualidade. Ao assumir a responsabilidade de determinar os rumos de suas aulas, articulando múltiplos materiais didáticos unirelativas ao livro, tornando aceitáveis como coadjuvantes, muitos textos que seriam reprovados como protagonistas dos trabalhos em classe (MACHADO, 1996, p. 27)

A opção por este tema decorreu de uma constatação de que o livro didático, em especial aos anos iniciais, nos últimos tempos, vem sendo alvo de uma ideologia dominante que vigora no mercado livreiro. Dessa forma, o livro didático em questão, na sua maioria, oferece, de forma fragmentada, partes do conhecimento para os alunos.

De acordo com o autor, a relevância de um manual escolar, no caso o livro didático, é um elemento cultural escolar. Destacando em sua fala, ele diz que o livro didático ao percorrer todo o seu caminho, ele chega aos professores. “Como resultado de um conjunto de processos e escolhas que nunca são neutras, na verdade são postas a partir de uma tradição seletiva, da seleção feita por alguém, da visão que algum grupo tem o que seja o conhecimento legítimo.” (APPLE, 2001, p. 53)

A argumentação aqui é a seguinte: A sociedade está passando por profundas mudanças e transformações, criando novas demandas, sobretudo na educação. Por isso, é importante que o livro didático dos anos iniciais, de alguma forma atenda tais exigências do novo contexto educacional.

A partir dessa nossa argumentação, elencamos também fatores que estão implícitos no processo de mudança, como a descentralização do poder e a autonomia pedagógica administrativa da escola. No entanto, percebemos que há um

certo controle, ou seja, uma exigência imediata e uma revisão do livro didático no sentido de atender o seu público-alvo, que são os alunos dos anos iniciais.

Esperamos com este trabalho, explicitar como o livro didático nos anos iniciais é uma ferramenta importante no dia a dia. É necessário que o livro didático nos anos iniciais seja uma ferramenta que possa ser um facilitador no processo de ensino aprendizagem, que, sem dúvida, é um aspecto importante no contexto escolar.

Podemos assim destacar que, o livro didático precisa caminhar com a escola no sentido da democratização, rompendo com as ideologias dominantes, avançar junto na melhoria e qualidade do ensino e, conseqüentemente, precisa oferecer para escola e alunos um livro que atenda a realidade que trabalhe em seu conteúdo, objetivos e procedimentos metodológicos que facilitem novas concepções epistemológicas.

Assim, ao analisarmos o uso do livro didático nos anos iniciais, ressaltamos a sua importância, pois pressupõe ser resultado de um processo de trabalho que, de alguma forma, transpor a realidade em sala de aula, a partir de suas interpretações e conhecimentos.

Este trabalho visa trazer para o centro das discussões sobre o assunto a problemática de qual é o papel do livro didático no contexto escolar, ou seja, qual função ele ocupa no processo ensino aprendizagem.

Justificamos a possibilidade de promovermos a reflexão sobre qual seria de fato o papel do livro didático nos anos iniciais: Teria ele a função de ser um mero reprodutor das ideologias dominantes ou poderia ele ser um agente transformador da ação educativa, baseando-se contra tudo aquilo que não é democrático?

Ademais, é inevitável que questionemos acerca do livro didático e sobre o seu papel diante dessa realidade que se apresenta, sem com isso deixar de lado sua finalidade precípua, que é a produção cultural do saber.

Destacamos que, o professor tem uma função relevante, no que diz respeito ao uso do livro didático e que, por um novo viés, é possível desenvolver uma nova leitura do livro didático, partindo de uma análise criteriosa, no sentido de buscarmos resultados tangíveis possíveis de ser positivo no campo educacional.

Contudo, em relação à problematização do uso e o destino do livro didático, como já foi destacado, há um grande interesse econômico e político em sua distribuição. Vale à pena, porém, ressaltarmos que o livro didático apresenta problemas, como já se listou, mas também apontamos possibilidade de se trabalhar com o uso do livro didático por meio do produto desenvolvimento a partir desse estudo.

CAPÍTULO 1: A RELEVÂNCIA DO LIVRO DIDÁTICO

“A presença do livro didático na sala de aula é um modo de garantir, minimamente, as referências de conteúdo e de habilidades exigidas em cada série.” (Barretos; Monteiro, 2008)

Ninguém simplesmente entra numa sala de aula e começa a ensinar sem antes se apropriar do seu livro didático, sem fazer alguma reflexão sobre como deve apresentar esse conteúdo. O que queremos aqui sugestionar é que professores também precisam de alguma forma reinventar o livro didático; cabe ao professor analisar o conteúdo e levantar questionamentos que respondam a suas indagações, tais como: A quem serve esse material? Ele atende às necessidades pessoais do professor e, por consequência, às necessidades pessoais dos alunos?

Bittencourt (1993, p. 3) “ênfatiza as múltiplas facetas do livro didático explicando que é justamente por esse motivo que ele desperta interesse nos variáveis domínios da pesquisa.”

Entretanto, em sua maior parte, a análise do livro didático e seus possíveis questionamentos precisam ser um ato razoavelmente consciente; aspectos conceituais relacionados aos objetivos e estrutura dos textos propostos sugerem alguns instrumentos para o registro e análise dessa ferramenta que é o livro didático.

Já no século XVI eram empregados livros na educação em diferentes contextos culturais, como no Ocidente cristão ou no Japão. Mas, a partir do século XIX, observou-se a formação de novos Estados nacionais que reivindicavam para si a tarefa de organizar a educação das futuras gerações, situação que transformou os livros escolares em símbolos da soberania nacional. (CHOPPIN, 2004, p. 103)

Não estamos aqui a desqualificar a relevância do livro didático, mas o que se propõe neste momento é uma reflexão quanta à sua utilização no contexto escolar. O livro didático em especial vem sublimado de uma importância tal que a sua participação não se esgota no campo profissional, nem muito menos no plano das políticas do Estado.

Embora a reflexão seja procurar novas respostas para um velho problema, que por sua vez está petrificado, no livro didático terá que responder o que se espera no processo de construção dos novos saberes.

Salientamos que não podemos atribuir ao livro didático uma visão extremada como mero produtor das ideologias dominantes. Entendemos que a mudança na lógica do livro didático parte de um avanço de algumas ideias que têm sido objeto de estudo de muitos teóricos, que passam de certa forma pela crise de identidade dos professores, sublinhando a necessidade de uma qualidade permanente.

Agora, precisamos de outra ciência (leia-se também livro didático), que não se baseia no excesso do mesmo, mas na aceitação do outro; que não reivindicue uma explicação singular, que compreenda os limites de sua interpretação e de sua ação no mundo (SANTOS, 1988, p. 56).

Assim, ao defendermos quaisquer mudanças no terreno do livro didático, é preciso haver um investimento positivo no sentido de mudar essa lógica que está colocada sobre ele e isso passa por vários poderes que estão assentados na arena educativa.

O livro didático esteve sempre aliado e consagrado à promoção da cultura e à educação em massa ao longo dos séculos; ele, em paralelo com a emergência de novos modos de governo e ideologias, de certa forma, transforma-se num elemento central do processo de homogeneização cultural, por meio da atribuição cultural da aparência natural e do seu caráter elementar natural posto pela sociedade.

De acordo com Choppin (2004), “o LD exerce quatro funções essenciais e que podem variar de acordo com o ambiente sociocultural, a época, disciplinas, níveis de ensino, métodos e as formas de utilização: referencial, instrumental, ideológica e cultural e documental.”

Por meio de várias análises, o livro didático tem em sua escrita, por meio de seus exemplares e por tantas outras razões, o ponto de vista da instituição escolar, como um marco ou referencial progressivo no que diz respeito ao marco civilizatório, mas, o que se pode observar é que há nas entranhas do próprio livro

didáticos equívocos inerentes às suas proposituras que precisam ser questionados.

O que percebemos é que a consagração do livro didático, e de tantos outros, que outrora foi realizar a promoção da cultura em massa como mecanismo brilhante e primoroso, está sendo colocada em xeque no que diz respeito à sua aceitação relacionada aos saberes na formação do cidadão.

Nesse sentido, pontuamos um paralelo um tanto emergente no que diz respeito a como ensinar e para quem ensinar com o livro didático, e outros de disciplinas diferentes que são oferecidos no cotidiano escolar, mas, sobretudo, é necessário pensar ou refletir sobre como podemos trazer para o centro do processo das discussões essas questões referentes ao uso do livro didático.

Por conta disso, decorre Bittencourt (2004):

Os objetivos centrais de tais análises são o de situar o processo de mudanças e permanências do livro didático, tanto como objeto cultural fabricado quanto pelo seu conteúdo, e práticas pedagógicas, considerando sua inserção hoje, quando se introduzem, em escala crescente, novas tecnologias educacionais, as quais chegam a colocar em xeque a própria permanência do livro como suporte preferencial de comunicação de saberes escolares.

Neste sentido, destacamos a importância do livro didático dos anos iniciais. Entretanto, a questão que se coloca é que o livro didático no cerne do processo educativo deve ser utilizado de forma a oportunizar aos alunos novos saberes numa perspectiva que coloca esse aluno como sujeito histórico.

Nesse movimento dialético da História, para Schaffer (2001, p. 135), “a banalização e a unidimensionalização dos temas nos livros didáticos decorrem da necessidade do mundo capitalista de padronizar tudo e submeter todos à lógica e ao ritmo de sua produção”.

Assim, ao discorrermos sobre o papel do livro didático, sendo ele um dos muitos instrumentos que podem auxiliar no processo de ensino aprendizagem, para compreendermos a importância vital do livro, destaca-se o papel do livro e seus recursos de acordo com Bittencourt (2008):

“Até o final do século XIX, como crescimento das escolas, especialmente da rede primária, os livros didáticos eram produzidos mais para o professor do que para o aluno. O livro era essencial para a preparação das aulas e seu uso era concebido como fundamental no ensino. [...] Atualmente, depois de cem anos de escolarização e, já em uma fase da chamada “educação de massas”, as condições de ensino modificaram-se e as situações de trabalho escolar são diversas.[...] Para uma parte do professorado, o livro didático é apenas um auxiliar na tarefa cotidiana, ao lado de textos de jornais e revistas, de materiais iconográficos variados, de laboratórios, filmes e mais recentemente de computadores com softwares especialmente produzidos para fins didáticos.[...] No entanto, é preciso salientar que o professor pode e tem condições de desenvolver práticas diferenciadas com os livros sem as imposições de leitura pretendidas por autores e editores.”

Este trabalho foi ganhando corpo na medida em que se foi colocando em lócus toda análise referente a essa temática. De igual modo, a partir de conversas com o orientador, ocorreram direcionamento no sentido de se debruçar neste trabalho. A temática sobre o uso do livro didático é um assunto que provoca encantamento, pois faz referência a uma ferramenta indispensável na prática docente.

Por consequência, o livro didático, antes de chegar aos seus consumidores finais, no caso o professor e o aluno, passa por um processo, como antes já mencionado, mercadológico que, de alguma forma, passa por um processo de depuração e refinamento de suas informações.

Portanto, a complexidade de tal processo revela que as decisões de empresas e editoras possuem influências significativas, bem como dos autores que passam pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático).

Ressaltamos aqui a questão que tem sido latente em relação ao papel do livro didático: Parece que o livro, por ser um material extremamente proativo, ao se tornar um veículo de difusão do saber de uma História cultural atrelado ao pensamento hegemônico e ideológico, traz consigo a reprodução oficial e excludente das elites dominantes a esse respeito.

Segundo Choppin (apud Bittencourt 2002, p. 69), “os livros didáticos não são apenas instrumentos pedagógicos: são também produtos de grupos sociais que procura impor intermédio deles, perpetuar suas identidades, seus valores, suas tradições, suas culturas.”

Percebemos que é possível, sim, haver uma mudança em linhas gerais nesta relação dialética do livro didático e coloca diante de alternativas para que ocorra uma melhora do livro didático em todos os seus aspectos.

Entendemos que, o livro didático precisa de alguma forma, oferecer ao aluno o gosto pela leitura, despertando em si o estímulo de uma leitura prazerosa, que irá despertar sua sensibilidade a partir do seu olhar enquanto leitor.

Leitura é basicamente, o ato de perceber e atribuir significados através de um conjunto de fatores pessoais como momento e o lugar com as circunstâncias. Ler é interpretar uma percepção sob as influências de um determinado contexto. Esse processo leva o indivíduo a uma compreensão participar da realidade. (SOUZA, 1992, p. 22)

Entretanto, foi através de outros olhares como de outros autores, que entendemos como o livro didático é utilizado no meio pedagógico e qual a sua maneira de fazer com que o seu uso tenha importância e proporcione a quebra dos paradigmas das ideologias dominantes que estão por trás do livro didático e que se apropriaram dele para disseminar um livro não prazeroso para aqueles que o leem. Assim, tratando das questões que envolvem o livro didático associado ao seu intrincado papel no bojo do processo educacional, sua função ganha um *status quo* (estado atual), diferenciado no sentido de fazer com que o livro didático do ensino fundamental II ofereça de fato condições satisfatórias para aprendizagem a partir do uso do seu material, como uma das muitas outras ferramentas que colaboram para a aprendizagem.

O livro didático tem sido no dia a dia das escolas, especialmente, em consequência das precárias condições de trabalhos impostas ao professor, um instrumento quase definidor do mesmo. Controlar o livro didático tem representado controlar o próprio currículo. (SAPELLI, 2005, p. 07)

Todavia, destacamos que, com o advento da universalização do ensino, o direito ao acesso e permanência na escola trouxe consigo a proliferação dos livros didáticos e, por consequência, a questão mercadológica.

Portanto, neste emaranhado de questões emblemáticas e históricas, está também o livro didático. E esse olhar nos auxilia a fim de entendermos e compreendermos toda a lógica de supremacia do livro didático no âmbito da escola.

Com isso, ao destacarmos a supremacia do livro didático, passamos a considerar aqui que, como já antes mencionado, com a democratização do saber, a produção dos livros didática ganha força, sendo que o consumo dos livros didáticos não garante que estes, ao chegarem ao aluno, contribuirão para sua compreensão crítica, a partir do seu conteúdo.

O fato é que o livro didático virou um elemento vital no processo de ensino-aprendizagem. A partir desta constatação, salienta-se que o livro didático na sala de aula é extremamente importante, posto que suas atividades propostas dão dimensão de sua ação dentro do espectro educativo.

Segundo Ceccantini (2004, p. 40):

A presença de várias linguagens ou de vários códigos no texto literário para criança leva a outra especificidade do gênero; as conexões com outros campos, de conhecimento humano o espaço plural do texto literário movimentam o imaginário, estabelecendo pontes entre literatura e a psicologia, a literatura e a educação, a literatura e as artes visuais, a música, a computação, entre outros campos.

É importante, no transcorrer da aula, o uso do livro didático, pois se faz necessário que o professor tenha a responsabilidade na formação de uma consciência social e política dos seus alunos. De acordo com Zamboni (2003), “Cada uma destas formas de ensino de História implica uma metodologia própria e recursos a serem utilizados. Em cada uma delas o historiador está formando a consciência histórica”.

Um dos grandes desafios que está posto de maneira emergente, em uma análise histórica crítica, remete a pensar de que forma o livro didático tem contribuído para a formação de alunos leitores em potencial, sem, com isso, criar lacunas no ensino de História como então explicar tais dificuldades que estão sendo colocadas em relação ao livro didático do ensino fundamental II?

É importante que o livro didático desempenhe o seu papel ao que se propõe a fazer diante de seus desafios desta sociedade que estamos inseridos, o livro terá que oportunizar aos seus leitores condições em que o mesmo dialogue com eles e por suas vezes eles que o leem também conversem com o livro.

Assim, propomos uma releitura no sentido de repensar o uso do livro didático para que ou para quem ele está a serviço. Dito isso, entendemos que, ao longo dos séculos XX e XIX, em paralelo com a emergência de novos modos de transição e afirmação de governos, estados e nações, a escola, por meio do livro didático, de certo modo transformando em um elemento balizador dos conhecimentos com uma proposta centralizadora com perspectivas de uma homogeneização cultural enciclopédica, porém, o que se percebe hoje é atribuição ao livro didático, ocorre um dado arbitrário cultural de todas as aparências naturais que o livro pode oferecer.

De fato, é necessário buscar nesse contexto um distanciamento de temas que não colaboram em nada em muitos aspectos e, por fim, salientar uma aproximação de temas que podem causar desequilíbrio nos alunos a partir de sua reflexão, por outro lado. Segundo Soares (2004), “Muitos e vários olhares vêm sendo lançados sobre o livro didático”.

Contudo, os livros didáticos assumiram um papel importante nos processos de ensino e de aprendizagem desenvolvidos na educação escolarizada, quais eram as consequências de eles não estarem disponíveis para a toda a população que ocupava os bancos escolares. De acordo com Gatti Junior (2004, p. 25), “O que parece livro didático tornava-se mais um dentre os diversos objetos culturais que assinalava diferenciação e exclusão social”.

Portanto, é necessário falar sobre a função da escola, que não pode ser negligenciada, pois ela tem em sua construção histórica, política e social um papel fundamental como transmissora de conteúdo ou de saberes. Conforme Saviani (1985), “A escola desempenha um papel central na concessão ao Estado do monopólio da violência simbólica que se quer legitimar”.

Portanto, o desenvolvimento da escola para uma cultura de massas está intimamente ligado a uma proposta que, por sua vez, faz de uma dinâmica transnacionalista, que inscreve o livro didático nos diversos contextos da racionalidade difundido em nível que se fixa, uma espécie de organização didática, que por sua vez constrói e organiza a forma de saber, que não permite ao aluno ver o mundo com todas as suas potencialidades.

A história assim estudada nos livros didáticos acaba tendo um caráter idealista em virtude de divagar pelo mundo das ideias sem buscar entender a lógica da contradição dos fenômenos sociais. Os fatos aparecem como naturais e dificilmente são analisados, como a expressão de um contexto marcado por contradições produzidas a partir das condições materiais em que os homens se encontram em determinado contexto histórico. (DALAROSA APUD LOMBARDI, 2009 p. 45)

Nessa perspectiva, o que se busca de verdade é um novo olhar para o livro didático no sentido de se contrapor sobre o que está exposto, que estamos sinalizando quanto ao uso do livro didático. O livro didático chama atenção para o aspecto do livro em sua composição homogênea, muitas vezes pouco agradável, no que tange ao quesito atratividade ao leitor.

Vale destacar a fala de muitos professores que são defensores de um novo olhar para o livro didático. Muitos propõem uma ruptura com esse modelo de um livro que está disponibilizado nas escolas para todos os professores. Essa estrutura de livro está montada como um campo indutor de uma pedagogia centrada essencialmente num saber que se impõe como uma prática do controle histórico, cultural e social. Diante de tais afirmativas, podemos perceber uma ideologia nos livros didáticos.

A ideologia pode apresentar também, em outras palavras, um conjunto de valores que, em uma sociedade de classes, refletem os interesses particulares de apenas uma classe social, aquela que domina as relações de produção. (FRANCO 1982, p. 18)

A partir dessa reflexão é necessário dizer que a ideologia imposta pelo livro didático se sobrepõe quase sempre como a via única do fazer pedagógico, que não é verdade; a força desse modelo não pode ser aceitável, o livro didático precisa ser medido pela sua capacidade de aglutinar saberes. E o mesmo não oferece condições para que os alunos possam fazer a transposição para os mais elaborados saberes a partir dele.

Há motivos para acreditar que o cerne da crise que ronda o sistema de ensino, em especial a que atinge o livro didático, conforme elencamos, está obsoleto e não permite ao aluno que, ao recepcionar tais conteúdo do livro, aflore seus conhecimentos.

É notório que já há muito tempo a demanda crescente de alunos matriculados no ensino público tem mostrado que o livro didático não tem conseguido corresponder com um crescimento análogo de resultados, tanto com o atendimento às suas necessidades como em grau de satisfação no que diz respeito ao conteúdo do livro didático.

Contudo, quando nos referimos ao livro didático, podemos observar que ele vem de certo modo aparelhado com uma ideologia dominante, que se instaura por meio de uma política de normalização e controle do Estado. Em geral, o livro didático vem constituindo um modelo disciplinador para que o professor se torne um agente do Estado na difusão de um projeto social neoliberal político da modernidade, cujos discursos por ele (professor) produzidos e difundidos dão corpo à sua prática, com os pressupostos ideológicos.

(...) O conceito “Aparelho Ideológico do Estado” deriva da tese segundo a qual “a ideologia tem uma existência material. “Isto significa dizer que a ideologia tem uma existência material. Isto significa dizer que a ideologia existe sempre radicada em práticas materiais regulados por rituais materiais definidos por instituições materiais. Em suma, a ideologia se materializa em aparelhos: os aparelhos ideológicos do Estado. (SAVIANI, 1985, p. 26).

Em função disso, para ir além de sua legitimação em um discurso cuja normalização social tende a se pautar, o livro didático carrega consigo a afirmação da autenticidade que deve ser equacionada à luz do processo histórico, que tem em suas entranhas uma proposta que não está conectada com a proposta de um fazer histórico de construção das ciências sociais modernas, o qual não é compreensível.

Pode-se observar que em diversos momentos, diferentes coleções didáticas destinadas para um determinado grau escolar apresentam conteúdos e textos muito parecidos. Quais as razões disso? Provavelmente a existência de um consenso social em torno do ensino daqueles conteúdos e não dos outros, ou seja, na sociedade cria-se uma variedade e imposições que não abrem muito espaço para experiências alternativas. (GATTI JUNIOR, 2004, p. 30)

Podemos dizer que a relevância do livro didático no contexto escolar, na eficácia de uma nova ideologia, implica de certa forma estabelecer quais as objetividades que ele traz nesse sentido. Cabe a nós ressaltarmos que juntamente a escola e seus interlocutores têm consagrado o livro didático como uma referência à educação inovadora, quando na verdade não é.

Muitos vários olhares se vêm sendo lançados sobre o livro didático nos últimos anos: um olhar pedagógico, que avalia qualidades e correção, que discute e orienta a escolha e o uso; um olhar político, que formula e direciona processos decisórios de seleção, distribuição e controle; um olhar econômico, que fixa normas e parâmetros de produção, de comercialização, de distribuição. (SOARES, 2004)

Vale ressaltarmos que a invenção do livro didático corresponde à necessidade de um esforço da autenticidade da pedagogia para valorizar o papel do professor juntamente com a escola.

Avaliar qualidade e correção, orientar escolha e uso, direcionar decisões, fixar normas... São olhares que prescrevem, criticam ou denunciam: por que não um olhar que investigue, descreva e compreenda? Olhar que afaste o “deve ser” ou o “fazer ser”, e volte-se para o “ser” – não o discurso sobre o que “deve ser” a pedagogia do livro didático, a política do livro didático, a economia do livro didático, mas o discurso sobre o que “é”, o que “tem sido”, o que “foi” o livro didático. (SOARES apud GATTI JUNIOR, 2004, p. 32)

Por fim, é certo que a saída dessa crise que se instaurou com relação ao sufrágio do livro didático, que não atende à necessidade do alunado, obriga-nos a repensar em termos bem mais radicais as relações que estão postas entre escola, livro didático e professores.

Cabe a nós, contudo, ressaltarmos que é preciso olhar o livro didático com certa desconfiança, abandonar sonhos antigos de um livro didático que por si só seria capaz transformar a sociedade e de contribuir para universalização do conhecimento.

A escola, neste novo século, tem o dever, a partir dos agentes, como uma rede institucionalizada, fazer com que o jogo que nela se joga a partir do livro didático seja aquele em que o livro didático é a favor do futuro da nossa sociedade. Em função disso é importante nos desvencilharmos da visão extremada que foi colocada em função do livro didático, de que ele traria libertação intelectual, pois o que se observa é que ele se limita a reproduzir o que já existe e não transforma, não compreende os seus papéis.

Um professor que não leva a sério a sua formação não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe. Opção e prática democrática do professor não são determinadas por sua competência científica. Há professores preparados e que são autoritários. A incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor. (FREIRE, 1999, p. 103)

A partir dessa reflexão, podemos dizer que o livro didático se assenta em três premissas: escola, professor e sociedade. E em última instância, uma análise crítica centrada nos meandros dos caminhos e descaminhos que a prática docente impõe ao professor.

Repensarmos as práticas hoje é trazer para o cenário educacional alguns alertas que rondam nossa profissão. É preciso estarmos alerta contra os perigos das visões extremas da escola, ora como salvadora das mazelas sociais, ora como reprodutora da sociedade.

Em função disso, o professor precisa repensar em termos sociais as relações que se conjugam entre a escola e a sociedade. A ideia seria a inserção da escola na sociedade em termos mais comedidos, num certo sentido de não contribuir para a reprodução das desigualdades.

Por outro lado, a escola não é a única instância social que cumpre com esta função reprodutora. A família, os grupos sociais, os meios de comunicação são instâncias primárias de convivências e intercâmbios que exercem de modo direto a influência reprodutora da comunidade social. (PÉREZ GOMES, A. I. 1998, p. 14)

É importante que o professor e a escola abandonem sonhos antigos de que ambos seriam por si só capazes de transformarem a sociedade. Cabe ressaltarmos que a escola faz parte de uma rede institucionalizada. O professor, nesse contexto, precisa reafirmar sua postura ética, num universo complexo de poderes e de relações sociais.

O delicado equilíbrio da convivência nas sociedades que conhecemos ao longo da história requer tanto a conservação quanto a mudança, e o mesmo ocorre com o frágil equilíbrio da estrutura social da escola como grupo humano complexo, bem como as com relações entre esta e as demais instâncias primárias da sociedade. (PÉREZ GOMEZ, A.I, 1998. p. 14)

Nesse sentido, ressaltamos que a escola realiza um papel preponderante, central, na concessão ao Estado do monopólio da violência simbólica que se quer legitimar.

Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força. (BORDIEU & PASSERON, 1975, p. 19)

Entretanto, as racionalidades emergentes localizam os professores e ao mesmo tempo redefinem o papel do Estado com relação à violência simbólica. É um processo que é parte integrante de um discurso que tende a redefinir a questão do ensino em paralelo às intervenções simbólicas do Estado no interior da escola. Destacamos a imposição de um pensamento que é processado e incorporado nos diversos contextos sociais, a partir dos modelos que se difundem na prática escolar.

A força de tais modelos impostos de violência simbólica se mede por sua capacidade de se definir não como melhor sistema; nunca se acreditou tanto que o professor é de certa forma o agente transformador do projeto social e político que é produzido e difundido na sua prática, que lhe dá corpo, definindo assim o seu novo papel.

O aparentemente discurso contraditório do professor, no qual a violência simbólica está constituída (no caso na sala de aula), está atrelada a prática do cotidiano em que tais políticas também reinstituem uma visão de programa de ensino, que talvez seja mais bem descrita ao ser empregada na teoria de Bordieu de “violência simbólica”.

Em função disso, o que observamos é que há muito tempo forças antagônicas estão em conflito e o entendimento dos moldes dessas relações implica uma compreensão exata da sociedade da comunicação em que a escola está inserida na emergente consciência planetária.

Segundo Bourdieu (1993) “A grande miséria do mundo tem retrocedido menos, no entanto, do que se costuma apregoar”. Isto porque, a escola e o professor não podem se limitar a reproduzir um discurso contaminado pelo aparelho ideológico do Estado. A não reprodução das injustiças de certa forma distingue a adesão do professor a princípios que norteiam os valores e a crença na possibilidade de romper com esse Estado totalitário.

Dentro deste complexo e dialético processo de socialização que a escola cumpre nas sociedades contemporâneas é necessário aprofundar a análise para compreender quais são os objetivos explícitos ou latentes do processo de socialização e mediante que mecanismos e procedimentos ocorreram. (PÉREZ, GÓMEZ, 1998, p. 14)

Os estudos produzidos pelos autores denotam que a escola é um espaço de construção de conhecimento, mas sobretudo de significação; cabe a ela provocar e facilitar a reconstrução dos saberes. Dessa perspectiva, a escola e os professores não podem se limitar a reproduzir tais saberes somente na prática.

A educação não pode, portanto, ser encarada como uma estrutura racionalizada nos dias atuais em que ocorrem os esgotamentos das grandes ideologias. Esse pensamento prospectivo nos dá margem a pensar e refletir sobre uma nova perspectiva em que a eficácia deverá sobrepor-se e, ao mesmo tempo, convidando-nos a uma nova redescoberta da função social da escola, em que as práxis pedagógicas do fazer do professor são sentidas no trabalho cotidiano.

É evidente que dentre exigências tão díspares e contraditórias descansa uma ideologia tão flexível, frouxa e eclética que aceita e assume a dissociação e assim evitáveis propostas esquizofrênicas do indivíduo e dos grupos. (PÉREZ, GÓMEZ, 1998, p. 16)

Portanto, as relações que estão postas entre professor e sociedade, que estão inseridas no âmbito da escola, estabelecem um novo molde, a partir do seu currículo, e é necessário, ou seja, imprescindível, que se busquem elementos essenciais para a melhoria da qualidade do ensino.

É relevante pensarmos que a escola, juntamente com o professor, precisará repensar seus caminhos no sentido em que seus atores têm um papel essencial em sua missão enquanto espaço de aprendizagem. Disso decorre, a interdisciplinaridade no âmbito da escola, que como um todo tem uma abordagem significativa na formação do indivíduo, pois questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento. Nesse sentido, em outra dimensão perceber-se que a proposta da interdisciplinaridade é questionar a visão compartimentada entre as disciplinas.

Ao analisarmos, a partir de uma reflexão sistemática, sobre os vários eixos que estão assentados, a educação, quando ela tem um discurso pronto, isso diz a respeito à possibilidade de estabelecermos uma prática educativa, em que o conhecimento sistematizado vem atrelado ao teórico.

Assim, a escola deverá viabilizar a possibilidade em que o conhecimento possa estar além das suas perspectivas no âmbito do espaço escolar, fomentando o saber da escola, atrelado às dimensões do conhecimento.

A escola precisará, de certa forma, a partir do conceito da interdisciplinaridade, construir significados no sentido de caminharem sua perspectiva educativa, na qual a premissa da aprendizagem não esteja suprimida por outras questões.

O fato de questionarmos a segmentação no seio da escola é fazer com que o aluno transforme uma informação nova, evidencie uma nova concepção de aprendizagem, em que a mera reprodução do conhecimento passe pela via reflexiva na qual o sujeito irá construir seus próprios conhecimentos.

Portanto, percebemos claramente uma dicotomia no âmbito de tais aplicabilidades em relação ao livro didático em função da sua valorização, mas a uma ação em detrimento, dessa forma, a interdisciplinaridade permite que se troque a autoridade e o engessamento de disciplinas pela conquista e a obrigação do fazer pedagógico pela satisfação do envolvimento.

Para se ir mais adiante, podemos dizer que o uso do livro didático está associado à imagem de quem o usa, o ser pensante. Por conseguinte, o livro didático deverá ser um instrumento a serviço do aluno e também do professor, em como as informações que lá estejam não se esgotem, mas que, de alguma forma, essas fontes possam levar aqueles que as acessa a produzir reflexões e produções.

Para entendermos tais impasses que permeiam o uso do livro didático, é interessante estabelecer que, sim, é possível o uso deste material, e que ele é importante no processo ensino aprendizagem.

Isso decorre da realidade de que somos uma sociedade na qual a cultura livresca está atrelada ao aluno e professor como leitores potenciais do livro didático.

De acordo com Ramos; Panozzo (2006):

Não há currículo capaz de atender diversidade cultural de um país como o Brasil, com suas diferenciais regionais, étnicas, econômicas e sociais e à dinâmica da História contemporânea. Cabe ao professor exercer sua autonomia problematizada temas, propondo ou aprofundando discussões, levando em consideração a realidade de seu grupo de alunos.

Ressaltamos, porém, que este trabalho procura trazer uma reflexão sobre o modo como esses livros estão sendo utilizados pelo alunado dos anos iniciais. Há outro viés que precisamos compartilhar, e que não pode ser deixado de ser explorado, sobre a importância e a necessidade de se ter o livro didático fazendo parte do processo de construção do conhecimento. Para Araújo (1999):

O livro didático é instrumento essencial nas aulas de História e, por isso mesmo, considerado hoje por muitos estudiosos como sendo um dos problemas econômicos do ensino fundamental e médio por serem os principais vinculadores de conhecimentos sistematizados.

Portanto, ao se pontuar aqui tais questões, se acredita que isso não seja. De certo modo, o que nos faz infundir que os alunos leem o livro didático que lhes é ofertado.

Torna necessário que professores e alunos busquem a renovação dos conteúdos, a construção de problematização históricas, a apreensão de várias Histórias lidas a partir de distintos sujeitos históricos, das histórias silenciadas, histórias que não tiverem acesso à história. Assim busca-se recuperar a vivência pessoal e coletiva de alunos e professores e vê-los como participantes da realidade histórica, a qual deve ser analisada e retrabalhada, com objetivo de convertê-la em conhecimento histórico, em autoconhecimento em vez que, desta maneira, os sujeitos podem inserir-se a partir de um pertencimento numa ordem de vivência múltiplas e contrapostas na unidade e diversidade do real. (SCHMIDT; GARCIA, 2005)

Portanto, percebemos que o uso do livro didático precisa ter em suas proposituras, uma proposta atemporal, que não seja descompactualizada da realidade em que a escola está inserida. E por sua vez, o livro didático não poderá vir a ser segregado, por um viés de uma leitura escolar. Sendo assim, é necessário que se amplie tal possibilidade para os alunos, não fazendo com isso um bloqueio neste processo de construção de conhecimento que passa pela aquisição da leitura do livro didático.

Em vista disso, as visões monolíticas do livro didático e seu uso fornecem um enquadramento de que o livro didático pode nos oferecer outras matrizes, tais como a emergência de alguns temas que desafiam a sociedade, que de alguma forma fazem parte do cotidiano, em que tais matrizes se articulem em eixos de acordo com os temas propostos, tais como: Ética, pluralidade cultural, saúde, trabalho e outros.

Desta forma, é cada vez mais urgente que a partir do livro didático do ensino fundamental II se trabalhe com conteúdo extremamente sistematizado, onde as informações contidas no livro didático ofereçam a partir dos fatos narrados, em consonância com as mudanças, transformemos saberes escolares que o livro didático oportuniza.

Assim, com esta leitura, é importante que ao extravasar tais saberes o livro didático, precise ter em suas manifestações mais vivas e presenciais, em um trabalho coeso contextualizado, no qual o livro didático tenha em seu eixo uma linguagem que interprete a realidade e com esta compreensão os objetivos do livro didático incidam sobre a realidade social da qual fazem parte escola, professor e o livro didático.

Salientamos que, o trabalho com o livro didático envolve os cinco sentidos humanos, que, por sua vez, perpassa tais sentidos humanos, que os aspectos sensoriais, emocionais, inteligíveis que compõem os fisiológicos, os neurológicos e os culturais, econômicos e políticos.

No nível pragmático, o texto enquanto objeto veiculador de uma mensagem está atento em relação ao seu destinatário, mobilizando estratégias que tornem possíveis e facilitem a comunicação. No nível linguístico-semântico, o texto é uma potencialidade significativa que se atualiza no ato da leitura, levado a efeito por um leitor instituído no próprio texto, capaz de reconstruir o universo representado a partir das indicações, pistas gramaticais que lhe são fornecidas. (BRANDÃO; MICHELE TTI, 1997)

Assim, no sentido de conceber o livro didático do ensino fundamental II como eixo do trabalho institucional, compatibilizando com as reais necessidades do contexto escolar e buscando garantir que haja discussões sobre as necessidades e modificações, ajustes e redirecionamentos para o uso do livro didático do ensino fundamental II.

O estabelecimento desta convivência ambígua entre os livros didáticos e os protagonistas do processo, o setor público e o privado que permite ocorrer de forma imprescindível que todos os profissionais da área da educação desenvolvam suas compreensões e apreciações sobre o livro didático.

Ao se inferirmos as tentativas referentes ao uso do livro didático no ensino fundamental II, colocamos em lócus as questões relativas tanto às dificuldades como as relativas influências que este recebe, por conta das políticas governamentais e com isso a questão mercadológica.

Em 1986, 30% da produção era ocupada por manuais didáticos. Em 1997, o número de títulos publicados cresceu 83% e o de exemplares produzidos 61%. Ou seja, o número editorial brasileiro quase dobrou de tamanho. (ALVES, 2001, p. 205-206)

Considerando apenas os livros didáticos para o ensino fundamental em 2006 o MEC contabiliza a aquisição de 102,5 milhões de exemplares nos diferentes conteúdos de ensino que compõe o currículo escolar com investimento de R\$ 563,7 milhões e previsto para 2007, R\$620 milhões. (GARCIA, 2007, p. 03)

Tratamos mais especificamente do livro didático e dos problemas relacionados ao campo de sua aplicabilidade, também nos leva a pensar acerca desse negócio mercadológico que o livro representa. Com isso, podemos entender que a ausência de iniciativas para se melhorar o livro didático, desde a sua escolha na escola pelos professores, até a sua elaboração nas editoras juntamente com os autores, nos revela a falta de recepção ou ausência de entusiasmo dos alunos e professores.

Tais resistências, que são oriundas do corpo docente e do alunado, nos mostram que é importante refletir acerca desta relação entre livro didático e seus atores. Não obstante isso, a pesquisa aqui coloca sob os holofotes do pensar o seguinte questionamento: A quem serve o livro didático? A grande tensão que se tem gerado é que, se o livro didático realmente poderá se reinventar, se desvencilhar destas amarras e se comprometer com a transformação daqueles que se utilizam dele. Segundo Bittencourt (2004), “o livro didático tem despertado interesse de muitos pesquisadores nas últimas décadas.”

Tais ações relativas ao livro didático são um meio e não um fim em si mesmo, uma vez que o objetivo principal ou final para que o livro didático possa se reinventar é que ocorra uma nova reformulação e traga novo significado na aprendizagem a partir do seu uso.

Sem dúvida alguma, o livro didático tem exercido papéis contraditórios num país como nosso, onde a maioria da população não tem acesso à leitura, à escritura, ao acervo cultural. Diante desta realidade, o livro didático, através do Lobby das editoras, se impõe nas escolas, nas salas de aula, no cotidiano do professor, em muitos casos, como único recurso, didática e como única forma de acessibilidade a um saber mais elaborado e, o problema se complica ainda mais, quando se trata do ensino da História local, onde a produção é mais escassa [...] (SOUSA, 1999)

Portanto, é importante no processo de escolha do livro didático, que ele esteja voltado para um livro que atenda à necessidade do seu público-alvo, e que garanta seu conteúdo proposto, que por sua vez estará em sintonia como currículo em evidência. Nesta relação do livro didático com os atores do processo, é importante que o livro didático traga consigo uma aprendizagem sobre o mundo e sobre si mesmo em relação ao mundo que o cerca. Que tais recepções provenientes do livro didático sejam úteis e possam fazer o tratamento das informações dadas pelo livro didático.

O livro didático tem sua parcela na História da escola, pois, como toda a função deste material impresso descritivo, ele tem por objetivo servir como uma ponte de ligação entre saberes já apreendidos e novos saberes. Nesta perspectiva, colocamos em lócus pleitear a relação entre o uso do livro didático na prática docente e ao mesmo tempo como esse uso do livro que é historicamente feito reflete no desempenho dos alunos. Salienta-se que, o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) tem sido foco de crítica de muitos autores, já que estes estão sinalizando que esta política de distribuição é algo que precisa ser revista.

O livro didático torna-se uma das mercadorias mais vendidas no campo industrial editorial. Daí a preocupação do estado e das editoras em publicar os livros que estivessem em perfeita sintonia com os programas curriculares de História e Geografia e demais disciplinas. Uma outra novidade, visando à aceitação maior do livro didático, foi o lançamento dos manuais, além de trazerem a resolução de todos os exercícios propostos, forneciam (e alguns ainda o fazem) os planejamentos anuais e bimestrais prontos para o professor. (FONSECA, 1994, p. 139)

Nesse sentido, apontamos as políticas públicas de investimento volta das para o livro didático, que têm sido objeto de muita desconfiança por parte de muitos setores da sociedade civil e estudiosos do assunto. É interessante notar que, mesmo no Estado que está operacionalizando a produção industrial do livro didático, que tem como objetivo atender à grande demanda da população, verifica-se que a massificação do livro didático não o legitima como um instrumento de democratização do saber.

O que se observa neste programa é a visão excludente imposta no conteúdo do livro didático que perpassa todo o seu eixo de conteúdo, reproduzindo, assim, a ideologia dominante. Nesta perspectiva, estudiosos como Bittencourt (2002) afirma que “O livro didático não são apenas instrumentos pedagógicos: São também produtos de grupos sociais.” Ainda de acordo com Bittencourt (2002) “É preciso entender o livro didático como uma mercadoria e que como tal está subordinado a lógica do mercado.”

O projeto de simplificação no nível de difusão implica tornar definitiva, institucionalizada e legitimada pela sociedade a memória de um projeto de poder vitorioso. Não é por outro motivo que a História do livro didático é basicamente, a história política institucional. Os grandes fatos que marcam vida da sociedade são consumidos e consagrados como a História. Entretanto, estas representações transmitidas simplificam mente trazem consigo a marca da exclusão. O processo de excluir inicia-se no social, onde alguns atos são escolhidos e “outros” não, de acordo com os critérios políticos. Na academia o trabalho do historiador pode tanto excluir, como recuperar e resgatar os excluídos. Através do livro didático, os excluídos não aparecem. Perdem o direito à História. (FONSECA, 1994, p.142)

Com base nos dados apresentados acerca do PNLD, é interessante dizer que há um revés que está em anexo ao papel do livro didático. Sabemos que, não se consegue parar o saber histórico, análogo do livro didático, dos agentes externos que, de alguma forma, interferem na escolha do livro e na sua distribuição.

A veneração pelo passado sempre me pareceu racionaria. A direta escolhe o passado porque prefere os mortos; mundo quieto, tempo quieto. Os poderosos, que legitimam seus privilégios pela herança, cultivam a nostalgia. Estuda-se História como se visita um museu; e está coleção de múmias é uma fraude. (GALEANO,1980)

Conforme as afirmações do escritor Eduardo Galeano, nas quais ele faz alusão a sua obra “As veias abertas da América Latina”, apropriamos aqui deste recorte de sua fala acerca do livro didático, pois pode-se perceber que o livro didático precisará ser reelaborado no sentido de fazer com que ele valorize o aluno como sujeito histórico e social.

CAPÍTULO 2: PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

O intuito do Programa Nacional do Livro Didático é direcionado a alunos de escolas públicas em todo o território nacional. Para compreendermos melhor a funcionalidade deste programa e sua demasiada importância, daremos início em um breve histórico.

O nosso trabalho pretende, de alguma forma, problematizar o Programa Nacional do Livro Didático. Dado sua relevância no cenário educacional brasileiro, destacamos ainda que, conforme a política educacional, esse programa de abrangência nacional tem como um dos seus focos a melhoria e a qualidade da educação.

Destarte, em 1929, surgiu o Instituto Nacional do Livro (INL), com o intuito de dar conformidade a produção do livro didático no território nacional. Em seguida, entrou em licitude também a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), dando partida a produção e circulação do livro didático no país.

Ademais, vale destacar que esse programa visa ou considera a relevância para a melhoria da qualidade da educação brasileira. Verificamos que, apesar de o PNLD não ter, de certa forma, atendido todas as demandas, que poderiam vir a ser exequível, mas o programa nacional do livro didático PNLD tem o seu merecimento, quando se fala em um programa que tem contribuído para a distribuição do capital cultural por meio do livro didático que tem sido um objeto didático importante para o aluno.

Avaliar qualidade e correção, orientar a escolha e uso, direcionar decisões, fixar normas, são olhares que prescrevem, criticam ou denunciam; por que não um olhar que investigue, descreva e compreenda? Olhar que afaste o “dever ser” ou “o fazer ser” e volte-se para o “ser” – não o discurso sobre que “deve ser” a pedagogia do livro didático, a política do livro didático, a economia do livro didático, mas o discurso sobre o que “é”, o que “tem sido”, o que “foi” o livro didático”. (STEPHANOU; CAMARA, 2005, p. 380)

No ano de 1940, se edita um determinado decreto-lei nº 8460, onde o governo normatiza como será cartada a produção do livro didático, e neste momento se abriu a oportunidade para professores estabelecerem os seus próprios critérios no sentido de escolherem os respectivos livros didáticos.

Já em 1970, a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), estruturou o Programa do Livro Didático. Finalmente em 1985, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi criado com o intuito de melhorar a qualidade e formação de ensino.

Ainda em 1995, com a sinalização do governo federal no sentido de dar mais investimento para o programa do livro didático, o que se busca neste ano é que ocorra uma ação acerca do livro didático que seja distributiva e redistributiva no sentido de se buscar uma sociedade justa e mais igualitária, no que tange ação e oferta do livro didático.

Segundo Neumann; Rodio; Strieder (2015):

No ano de 1997 a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) foi extinta e a responsabilidade pela política de execução do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi transferida para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). (NEUMANN; RODIO; STRIEDER, 2015, p. 2)

Destarte, ainda nos anos 90, em especial em 1997, o governo federal extinguiu mais uma sigla ou seja fez outra troca, apostando todas as suas fichas em uma nova política, neste contexto sai de cena a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) e inicia uma política de consolidação e implantação do PNLD, com isto, ocorre também a transferência para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FAE), que de certa forma, irá caminhar junto com o PNLD, no sentido de suprir a lacuna que o FAE havia deixado, por não conseguir todas as demandas de alunos referentes a oferta do livro didático. Então, neste período de transição cabe a FNDE, de certa forma, aumentar a oferta em todos os níveis. Já mais adiante, segundo Brasil (2014):

Outro elemento que comprova a ampliação da política pública do livro foi a implementação, em 1998, do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que inicialmente distribuiu acervo composto de 215 (duzentos e quinze) títulos às escolas públicas de ensino fundamental. (BRASIL, 2014, p. 30)

Neste cenário, já nos anos 2000, o PNLD é inserido, e com isto, o programa nos mostra vigoroso pois consegue fazer aquilo que os demais planos não conseguiram fazer, atender a todos os alunos, e em especial a todos níveis desde da educação infantil até educação básica que compreende até o EJA.

Contudo, ressaltamos que, a partir do ano de 2012, o PNLD, também procura se reestruturar no sentido de operar aliado a tecnologia e a era digital, com isto o PNLD procura trazer para seu objetivo a inserção de materiais digitais.

Segundo Neumann; Rodio; Strieder (2015), as autoras relatam que:

Com o objetivo de promover a qualidade do processo educacional e a inclusão social, a partir do ano de 2001 o PNLD passou a atender de forma gradativa alunos com deficiência visual, distribuindo livros em Braille e áudio e alunos surdos receberam dicionários da Língua Brasileira de Sinais/Libras. No ano de 2003 o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) distribuiu coleções de Literatura em minha Casa, Palavra da Gente, Biblioteca do Professor, Biblioteca da Escola e Casa da Leitura. (NEUMANN; RODIO; STRIEDER, 2015, p. 2)

Nesta perspectiva, ressaltarmos que, apesar dos seus avanços, ele enquanto um programa, o PNLD se consagra como um plano que em como meta potencializar o capital cultural do aluno, professores e família, e por consequência, tem se consolidado como um forte instrumento.

É importante salientarmos que, em face do que evidenciamos, o livro didático no cenário educacional, ele sobrepõe aquilo que nós temos visto, lido e assistindo uma chamada disputa mercadológica. Nas últimas décadas houve mudanças profundas, desde a chamada globalização, revolução tecnológica e a sociedade do conhecimento.

Tais mudanças requer também que o livro didático acompanhe mudanças como já antes mencionamos, o PNLD tem feito uma reestruturação significativa. As questões relativas a avaliação do livro didático está intrincada em seu programa, haja vista esta intensa transformações que tem o ocorrido e o livro didático não poderia ficar à margem de tudo isto.

As mudanças causadas por essa trama de acontecimentos nacional e mundial, tem apontado para que o livro didático que pretende oferecer ao alunado, que se estabelecem, em determinado momento. É para esses fatores que determinam quais forças estão legitimando o poder, e sobre tais influências econômicas e sociais que geram maior complexidade, o livro didático precisa estar pronto para pensar e refletir sobre este arcabouço de problemas, que ocorrem na sociedade.

De forma concomitante, também a escola que tem o protagonismo em ofertar o livro didático porque é por meio dela que o livro didático chega nas mãos de alunos e professores e comunidade do seu entorno. A discussão que precisa permear hoje no espaço escolar é: Qual papel o livro didático deverá assumir diante das novas demandas sociais?

Ademais, o que percebemos no entanto é que, o PNLD traz em seu bojo princípios e normativos que tentam de alguma forma, fazer com que não somente ocorra uma distribuição igualitária, mas que, diante do novo quadro social que se desenha. Além de vários outros fatores, o livro didático marca as características estruturantes do nosso país, fica claro que o PNLD busca acompanhar esta evolução da escola, da sociedade, que estão cada vez mais complexas.

Podemos assim afirmar que, o livro didático a partir do seu programa, o PNLD, está voltado para essas questões, que são de urgência e que em seus conteúdos o mesmo precisa contemplar e levar em consideração tais modificações que tem ocorrido na sociedade como um todo.

O livro didático precisa estar, de certo modo, atrelado as questões que envolvem as regiões metropolitanas do nosso país, ao mesmo tempo se desbançar em assuntos que são pertinentes a essas regiões.

A efetiva ação do livro didático, oferece tais conteúdo e denota sua capacidade de fazer essa leitura do mundo contemporâneo.

2.1 Políticas públicas e o livro didático

Outro detalhe importante ao PNLD é que ele, enquanto política pública de Estado, coloca o livro didático como um produto potencializador do capital cultural, cuja a demanda beneficiada é esse imenso contingente de alunos das redes públicas.

Contudo, como já mencionamos, este programa apresenta problema como todo programa que está atrelado a políticas públicas. O que estamos chamando atenção e para pensar ou refletir de que modo ou maneira podemos colaborar, para dar sugestões ou apontar possíveis ajustes.

Muitos e vários olhares vem sendo lançados sobre o Livro Didático nos últimos anos; Um olhar pedagógico que avalia qualidade correção que discute e orienta a escolha e o uso; um olhar político, que fórmula e direciona processos decisórios de seleção, distribuição e controle; um olhar econômico que fixa normas e parâmetros de produção de comercialização de distribuição. (STEPHANOU; CAMARA, 2005, p. 380)

Ressaltamos que, apesar do PNLD, como já antes mencionamos, desde os tempos passado sofreu ajuste e adequações em seus propósitos e objetivos e bem como no seu nome com as diversas siglas e até no contexto atual ele precisa de muitas adequações.

Choppin (1998, p. 169) evidencia o caráter político do livro didático dizendo que “em todos os países do mundo ele se constitui como um objeto de disputa tanto real quanto simbólica.” O autor assinala que o desenvolvimento dos chamados Estados modernos foi acompanhado de uma institucionalização, dos procedimentos educativos, e esse processo também compreendeu uma relativa e rápida transferência das responsabilidades educacionais que antes estavam ao encargo da família e, guardadas as proporções, das autoridades religiosas e do Poder Público.

Sendo assim, podemos encontrar as manifestações mais claras da intervenção do Poder Público sobre os conteúdos da educação nos programas oficiais, e conseqüentemente, nos livros didáticos, porque estes representam a materialização desses programas.

Segundo o autor, os livros didáticos são instrumentos de poder porque se destinam aos espíritos jovens, ainda manipuláveis e, provavelmente, pouco críticos. Como produto da indústria cultural, podem ser reproduzidos em grande número e difundidos em todo o território nacional. Choppin (1998, p.169) considera que, ao ser fixado por escrito, o conteúdo educativo assume uma certa ortodoxia frente à palavra do professor.

Por tudo isso, Choppin enfatiza que o livro didático constitui um potente indicador das relações das forças que se estabelecem, em determinado momento, nas diferentes sociedades e entre os diversos sujeitos do sistema educativo, visto que o grau de liberdade na produção e no uso desse livro pode variar consideravelmente.

O livro didático está presente na sala de aula, o mesmo está pautado na organização do trabalho docente. A partir do seu conteúdo que é de certa forma, o recorte do currículo pois muito se tem escrito acerca do PNLD, a sua prescrição legal que orienta o PNLD. Neste contexto, revelamos adoção desse tipo de política pública em relação ao livro didático, o mesmo revolucionou o Mercado livreiro no Brasil.

2.2 O PNLD em 1995 e suas alterações no governo de Fernando Henrique Cardoso

De acordo com Célia Figueiredo – Tese de Doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) (2007, p.43) “O ano de 1996 aparece como um grande *divisor de águas* para o PNLD, porque as alterações anunciadas no *Plano Decenal de Educação* (MEC, 1993), para o livro didático, começam a ser efetivamente cumpridas a partir desse ano, compondo uma série de outras medidas promovidas nas políticas educacionais da gestão de Fernando Henrique Cardoso.”

Paulo Renato de Souza (2005, p.115, apud Figueiredo, Célia., 2007, p. 43 – Tese de Doutorado da Pontífica Universidade Católica de São Paulo – O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)), ressaltam que “ficou à frente do Ministério da Educação e Cultura por toda a gestão de FHC, afirma que a iniciativa de universalizar a distribuição dos livros didáticos no PNLD, assim como a de introduzir a avaliação no Programa foram políticas definidas com princípios de que a educação básica deveria contar com escolas em condições de funcionar bem, assim como o professor deveria ter à disposição os instrumentos adequados para o seu trabalho em sala de aula.”

“Também foi promovida, no governo FHC, a participação dos alunos da educação básica em avaliações internacionais, em que se destaca o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). Essa ação, ao lado da instauração de relações internacionais das mais diversas ordens foi outro marco político da gestão de FHC.” – (Figueiredo, Célia (2007, p. 44) – Tese de Doutorado da Pontífica Universidade Católica de São Paulo – O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD))

“Assim, uma das primeiras ações do Ministério da Educação e Cultura foi dar andamento a dois projetos já aprovados pelo Banco Mundial, destinados à educação do Nordeste, no valor de 800 milhões de dólares. Um deles, segundo o ministro, estava firmado desde 1993 e já estava quase a ponto de ser cancelado por inoperância do governo anterior e atraso na sua execução.” (Figueiredo, Célia (2007, p. 44) – Tese de Doutorado da Pontífica Universidade Católica de São Paulo – O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD))

Em face as contingências, em relação ao livro didático e o seu programa, o PNLD, vale lembrar que também no governo de Fernando Henrique Cardoso houve um aporte muito forte no quesito investimento. Contudo, em relação ao Plano Nacional do Livro Didático, o governo Fernando Henrique Cardoso traz consigo o traço do neoliberalismo para ação do governo federal m sua estrutura como todo.

Neste contexto, o que observamos é um investimento significativo no PNLD a partir de suas aplicações, com o foco da competição de mercado e escolhas e prestação de serviço a busca pelo desempenho, tudo visando que o PNLD contribua para expansão e assistência a todos que são contemplados pelo programa.

Neste governo, o PNLD a partir das políticas neoliberal, que busca oferecer o bem-estar social e desta forma, por meio do PNLD tem esta ferramenta para atender a demanda social civil.

2.3 O PNLD e o governo Luiz Inácio Lula da Silva

Na perspectiva histórica, o governo do Luís Inácio Lula da Silva, traz uma política educacional para o PNLD, a crise educacional é algo real, especialmente para os pobres e oprimidos.

Nessa perspectiva, queremos trazer, neste capítulo, a impressionante ampliação que o PNLD teve no início do século XXI, já compondo parte da política educacional de Luiz Inácio Lula da Silva, que iniciou sua gestão em 2003. No rastro do que já tinha sido desencadeado no governo de FHC, além de uma significativa ampliação no próprio PNLD, outros Programas foram criados, implicando num investimento estatal em livros didáticos sem precedentes na história da educação pública brasileira. (FIGUEIREDO, CÉLIA (2007, p. 85)

O PNLD traz uma significativa ampliação no programa com o propósito de contribuir. Formando neste contexto, um novo bloco de um poder hegemônico, onde podemos perceber a seguinte leitura, o governo Lula propõe um crescente na educação no sentido de se ampliar as aplicações do PNLD.

Com o intuito de se fazer a compensação para um vultoso volume de investimento para o programa do PNLD, no sentido da sua ampliação e capacidade de investido. O governo Lula traz consigo o seguinte aporte, o governo atribui maior importância ao PNLD.

Neste momento, há um fomento de sentido de se pensar e equacionar as demandas de mercado, a questão da escolha dos livros que passa pelo cervo da avaliação do PNLD que vem marcado pela competição mercadológica, e as escolhas que precisam passar pelo olhar estrangeiro daqueles que estão envolvidos no processo de escolha do livro didático que tem como objetivo orientar na escolha.

Por outro lado, há um mercado neste momento, em uma expansão drástica muito eloquente e aquecida, mas que de certa forma, reforça o mercado econômico e que chama para um disciplinamento da regra do mercado tanto dentro do mercado e também fora dele, no caso a própria escola que é aquela receptora desta mercadoria que é oriunda, de uma competição de mercado cuja o governo Lula abriu sua porta para incrementação para a popularização e a universalização do livro didático.

O governo traz consigo o discurso da competição de mercado voltada para escolha do livro didático e com isto, ressaltamos também a implantação do guia do PNLD para orientação e escolha do livro didático. O gerenciamento e o controle na oferta e o controle de qualidade para o livro didático, cujo objetivo consiste em promover as condições necessárias para promoção da distribuição do livro didático.

Nesta perspectiva, o uso do livro didático do ensino fundamental II virá a ser utilizado com material de apoio, na sala de aula, desde que o professor saiba como manipular tal material, pois, se não for assim, o livro didático perde o seu sentido e a sua funcionalidade.

Em que pese o fato da origem dessas entidades e o histórico de relações estabelecidas entre o governo anterior e essas categorias, por ocasião do PNLD, nesse documento além da exaltação às conquistas adquiridas no Programa (principalmente no que tange à ampliação do alcance e à distribuição planejada), são trazidos prioritariamente os aspectos que *necessitam mudança*, como a avaliação dos didáticos. Neste caso, entre outras considerações, postulou-se a retirada da classificação dos livros recomendados pela equipe do MEC, assim como foi solicitada a eliminação da divulgação dos livros excluídos, reivindicações estas que foram devidamente atendidas desde o PNLD de 2005, como já apresentamos no capítulo anterior. Independente de se analisar exaustivamente esse documento, interessa-nos trazer que nele foram feitas propostas, *para se formar um país de leitores* no Brasil, que se restringiram a dois grandes tópicos. No primeiro, houve a solicitação de que se proporcionasse a alunos e a professores o acesso às obras didáticas e aos variados gêneros de obras impressas, principalmente por meio da ampliação da distribuição dos livros de forma geral. (FIGUEIREDO, CÉLIA, 2007, p. 85-86)

“Assim, com uma década da implementação da avaliação dos livros didáticos no PNLD, mas com a exclusão de critérios classificatórios entre os livros aprovados, em 2005, e com a eliminação da divulgação dos livros excluídos, principalmente para a mídia, aparentemente há um equilíbrio entre as medidas do governo e as implicações diretas para os autores. Estes, então, deixam de protagonizar embates com o Estado, e voltam, novamente, seus esforços para a produção dos livros. O que muda no cenário nacional, no início do século XXI, é o mercado editorial dos didáticos, a partir da formação e entrada de grandes grupos editoriais no PNLD.” (Figueiredo, Célia (2007, p. 87) – Tese de Doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)).

De acordo com Vesentini (1995, p.167):

Contudo é possível manter uma outra relação com o livro didático. O professor pode e deve encarar o manual não como definidor de todo o seu curso, de todas as suas aulas, mas fundamentalmente como um instrumento que está a seu serviço e a serviço de seus objetivos e propostas de trabalho.

Destarte, cabe ao professor não se ater ao livro didático, seja ele o livro para o ensino fundamental II ou outro ano, somente como o único material produtor de informação, ou, porque não dizer, até mesmo utilizarmos o livro didático como um modelo para sua prática. O enfoque que se deverá dar ao livro didático, que o mesmo ofereça aos que utilizarem do livro didático do ensino fundamental II a capacidade de realizarmos comparações e análises, subsidiados com tantos outros recursos que coexistem junto com o livro didático.

As justificativas pela escolha contingente dos livros didáticos são feitas pelos próprios professores que afirmam não possuir um preparo específico para esta escolha, julgando que de fato as condições de trabalho não permitem. (PASSINI, 1998, p.44)

Esses autores nos chamam para uma reflexão, pois, ao mesmo tempo em que colocam, em plano de fundo, as práticas adotadas pelos professores quanto à escolha do livro didático, oferecem outro viés, ou seja, é preciso romper com essa lógica perversa no que tange à escolha do livro didático.

Passini (1998) nos remete a pensar que, é preciso quebrar essa hegemonia que circunda o círculo dos professores no que tange à escolha do livro didático, pois, em muitas situações, verificamos que esses profissionais se mostram perdidos e sem saber como fazer tais escolhas.

Aliado a tudo isso, estão implícitos muitos outros fatores que circundam o livro didático já antes mencionamos. No entanto, isto não pode ser a razão pela qual o professor não será capaz de fazer as devidas escolhas certas.

Se o professor faz uma opção ingênua, dada a falta de condições para uma escolha criteriosa, o aluno não faz, ele recebe a escolha pronta. No entanto, é o maior prejudicado deste mercado, todas as pessoas que utilizam o livro didático precisariam discutir a sua qualidade a participar do processo de escolha e sua melhoria. Não considera a qualidade do livro didático como única responsável pela qualidade do ensino vigente. (PASSINI, 1998, p. 46)

Com base nisso, afirmamos que o livro didático é o material indispensável para uso em sala de aula. Neste sentido, é preciso compreendermos de que maneira o professor e aluno também concebem tal momento de adesão ao livro didático.

Segundo Passini (1998, p. 47):

Mas se não for exigido do aluno nenhum raciocínio observação direta da realidade, interpretação ou conclusão, está contribuindo para a formação do ser reprodutor. O que mostra incoerência com os objetivos explicitados nas propostas curriculares, formar o cidadão consciente crítico e participante.

É preciso que o professor tenha consciência de que as suas escolhas, que são referenciadas a partir do livro didático, podemos fazer com o uso de o livro ofereça ao aluno formação e autonomia. De acordo com Passini (1995, p. 46), “é possível escolher-se um livro didático de péssima qualidade e cheio de erros, porém que se faça bom uso dele.”

O livro didático hoje é um dos materiais que serve de apoio irrestrito do professor em sala de aula, por outro lado, para os alunos, é muito mais que isso, já que o livro didático do ensino fundamental II, em algumas circunstâncias, é o único material de acesso ao conhecimento. Ressaltamos que estes alunos em especial são os grandes contingentes das redes públicas.

De acordo com Souza (1992) “Além de auxiliar o professor no exercício de sua prática pedagógica, também representa muitas vezes para o aluno da escola pública a única fonte de informação científica.” Se observarmos por esse viés, em conformidade com as políticas públicas vigentes voltadas para o livro didático, está sob a responsabilidade do professor a escolha do livro didático e discutir, examinar e decidir sobre tais escolhas. O que observamos, na verdade, é como o professor faz uso de seus critérios avaliativos para escolher os livros didáticos. Além disso, o professor atribui a sua prática pedagogia à escolha dos livros.

O sentido que ele (professor) atribui ao livro didático passa de forma incondicional pelo o que ele conhece de forma empírica. Há outro discurso que o professor, se utilizando de uma visão desqualificadora do programa político que tem como prerrogativa, através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Atender um enorme contingente de alunos, e que nesta visão os professores atribuem às políticas e ao mercado do livro uma ideologia reinante e dominante, que de alguma maneira vem truncada e não oferece oportunidade para se modificar o livro didático.

Por conta disso, o livro didático não oferece uma inserção a uma possibilidade de transformação do senso crítico do aluno, e, por conseguinte o professor fica refém deste círculo vicioso onde está um grupo que domina e detém esta questão.

CAPÍTULO 3: O LIVRO DIDÁTICO: TRADIÇÃO OU INOVAÇÃO

O livro didático, como produto de uma sociedade livresca, por si só não pode ascender no cerne da sociedade, entretanto cabe aos protagonistas do processo fazer com o livro ganhe vez e voz na sociedade. Contudo, em sua aparente complexidade, o livro didático tem em sua trama um complexo laboratório de fazeres que vai desde os seus conteúdos até os aspectos materiais que envolvem sua elaboração.

Nesse contato, o livro se insere na educação. Essa sua trajetória não existe só para que cumpra o seu papel, é importante que se formule uma nova síntese que não se alcança sem definições dos conceitos mais simples em relação à aplicabilidade do livro até sua produção industrial, que passa pela linguagem visual e imagética.

Assim, na perspectiva de que se aprende, também se ensina com o livro didático. É importante que como aluno, enquanto leitor, ocorra uma interação como texto, a partir do espaço que é a sala de aula e o contexto na qual ele está inserido. O livro didático precisa propiciar ao aluno a oportunidade de construir conceitos a partir da análise que este último adquiriu vinda desse percurso que já antes mencionamos, no qual o livro didático, o professor e a escola caminham juntos.

Destacamos ainda que, não estamos aqui trazendo à luz a discussão de um tema original. Ao contrário, mesmo que sob aparências talvez distintas, muitos estudiosos têm se debruçado de forma prodigiosa sobre essa temática o livro didático. As definições dessas conjecturas situam-se em um arcabouço de leitura de especialistas no plano teórico propriamente dito. É importante, ao fazermos tais assertivas a respeito do livro didático quanto ao seu emprego e uso, que essa avaliação não se funda por si só, mas perpassa por outros olhares.

Por isso, em si mesma, nenhuma obra didática é melhor do que outra, essa avaliação só pode ser estabelecida com base na definição por parte do professor, das equipes docentes e pedagógicas e a direção e comunidade escolar. (ANDRADE; MORAIS; FONSECA., 2014, p. 89)

Muitos de nós, enquanto professores, lidamos com essas questões referentes à chamada autenticidade do livro didático, no sentido de que ele está posto entre nós e o aluno como uma peça decorativa, sem fim próprio. Lidamos com isso ao saber muitas vezes como uma política nacional contempla alguns livros.

Porém, enquanto objeto de estudo e de ensino, estamos levantando tais suposições, não é essa faceta do livro que estamos buscando. O que estamos de fato fazendo emergir se refere à qualidade do livro didático, no interior da escola, dentro de um contexto maior.

Em um sentido um tanto mais prático, ao falarmos do livro didático quando nos referimos à sua legalidade produção, estamos tratando de ideias e de ações. Isso significa dizer que, a dependermos do ponto de vista do qual examinamos o livro didático, podemos assim afirmar, de acordo com Andrade, Morais e Fonseca (2014): “é consenso, atualmente, que os livros didáticos não são apenas veiculadores de informações, pois também difundem valores e representações”.

Segundo Lajolo (1996, p. 6), “nenhum livro, por melhor que seja, pode ser utilizado sem adaptações, como todo e qualquer livro didático também propicia diferentes leituras para diferentes leitores”. Assim, o livro didático proporciona a nós diferentes campos de sua atuação, que poderão vir a ganhar contornos que devem levar em contato dos elementos que faz em parte de sua realidade.

Os livros didáticos podem desempenhar diferentes papéis, independentemente da concepção, estrutura, organização e seleção de conteúdo e do tipo de abordagem proposta por uma obra; o que determina o encaminhamento, o cumprimento dos objetivos e os resultados do processo, sem dúvida, é o uso que se faz dela. (PAIVA, 2014, p. 87)

Com relação ao livro didático, tudo virá a depender, portanto, do lugar onde o professor está no processo e de onde ele observa os diferentes fenômenos que estão implícitos ou explícitos na obra didática. Seja a partir de uma aproximação do professor mais voltada para o livro didático em uma esfera macro ou micro do objeto a ser estudado, no caso, o livro didático.

Outro aspecto a observar é que o livro didático representa o espaço de manifestações culturais, envolvendo a realidade social, econômica e cultural, e esse conjunto de elementos se insere no âmbito escolar. Enquanto processos sociais são construídos historicamente, a questão do livro didático, no contexto escolar, é algo complexo e contraditório, que precisa se aproximar daquilo que se espera do livro didático; ele precisa nos aproximar dos acontecimentos atuais, da realidade vivida.

De acordo com Teixeira e Braga (2014, p. 33), “a relação que se estabelecerá entre os textos do livro didático e os leitores é intermediada pelo professor, cabe a ele tornar esse momento rico e estimulante”. De certa forma, a relação que se espera entre o livro didático e o professor precisarmos proceder a condições favoráveis para a recepção de conceitos, procedimentos e valores, e isso precisa não se dar somente em sala de aula, mas precisa perpassar os muros da escola.

- Ressaltamos que o livro didático é um dos muitos instrumentos que podem colaborar no processo de ensino aprendizagem, oferecendo elementos para uma nova formulação de novas práticas de ensinar. Sob esse ponto de vista, a análise que se refere ao livro didático requer uma compreensão que não se contente somente como livro sendo algo que passa somente informações.
- Contudo, é propício aos atores do processo, num movimento de ida e volta, a possibilidade de aprender com o livro didático. Traduzindo, o livro didático precisa constituir em uma teia de saberes na qual o terreno em que ele está sedimentado se planifique em caminhos que se cruzem no sentido da inovação, se configurando como um agente de transformação social.
- Portanto, o livro didático poderá contribuir para a formação didático-pedagógico do professor, também, e ao mesmo tempo não ficar atrelado à polaridade ideológica entre os que elaboram e os que dominam a sua indústria. Tais considerações nos permitem compreender o porquê de o livro didático não poder ser visto como manual de consulta.

Conforme Minorelli; Chiba (2014), “o livro didático pode contribuir, por exemplo, para o planejamento das aulas, para a avaliação da aprendizagem dos alunos, como referência para alguns dos conteúdos, para a complementação da formação didática e pedagógica”, justamente por representar um valor defendido pela grande maioria daqueles que se utilizam dele como ferramenta para o seu trabalho, e que por isso tendem a polarizar o mesmo, manifestando interesse, de alguma forma, que o livro didático não passe por um processo de depuração na sua essência. Nenhum livro didático será bem-sucedido se passar ao largo dessas perspectivas.

Como síntese preliminar, é pertinente ressaltarmos algo referente ao tema em questão. De acordo com Minorelli; Chiba (2014), “É importante ressaltar que o livro didático não deve ser a única fonte de consulta e informação para professores e alunos”. Por sua vez, o livro didático se constitui como uma ferramenta para complementação de saberes. Ele é um objeto relevante para o fazer pedagógico; no entanto, deverá tornar possível a elaboração de novas aprendizagens. Como instrumento de transmissão de informação, precisa despertar no seu leitor o gosto pela leitura e fazer com que ele se entretenha.

A esse respeito, tal constatação nos aproxima dos nossos questionamentos, na medida em que o livro didático, no contexto atual, precisa de alguma forma se reinventar, a fim de que ele, enquanto instrumento importante na construção do trabalho do professor, também tenha um viés na possibilidade de criação de novas situações de ensino aprendizagem e ao mesmo tempo desperte o interesse do aluno.

A esse respeito, concordamos com Stefanello (2008): “o livro didático é, sem dúvidas, instrumento indispensável para o ensino, não como mero objetivo, dele varia informação ao aluno, mas por ser uma ferramenta no processo de construção do conhecimento”.

A fim de compreendermos como o livro didático tem importância no trabalho do professor, ele está atrelado aos pressupostos metodológicos de cada área em particular, com maior ou menor abrangência. Nesse sentido, Darin; Medeiros (2014) consideram que:

Os livros didáticos por si só são produtos culturais bastante complexos. Resultam de um grande esforço intelectual, envolvendo sua elaboração um número considerável de profissionais. São próprios de cada sociedade, tanto em seus aspectos materiais e visuais como em seus conteúdos, implicando uma enorme gama de saberes. Não bastasse isso, estão inseridos em um processo ainda intrincado o da educação. (DARIN; MEDEIROS, 2014, p. 50)

Entretanto, ao nos referimos a ele como “novo” não estamos querendo dizer com isso uma nova embalagem ou propagem. Compreendermos no sentido de ampliar e potencializar o livro, objetivando que de tal forma o livro tenha em seu conjunto todo o repertório que envolve o processo de codificar e decodificar seus conteúdos.

Dar conta dessa proposta exige de cada um de nós que consideremos não apenas as capacidades perceptíveis dos alunos, mas também é preciso pensar as capacidades inter e multidisciplinares a fim de que os envolvidos nesse processo dialoguem e façam pontes.

O livro didático deve afirmar-se nos propósitos de dialogar com o nível cognitivo do aluno, o que implica trabalhar, formar, amarrar as teorias e os conceitos apresentados, buscar a compreensão dos processos que permeiam as transformações. Portanto, o livro didático deverá mais uma vez, reafirmando, oferecer bases para que o seu leitor identifique os fenômenos locais. (MENDONÇA, 2011, p. 22)

De acordo com Andrade, Morais e Fonseca (2014), “A escola, assim, tem um papel de maior relevância, seja do ponto de vista do indivíduo, seja da perspectiva de futuro da sociedade”. Nessa direção, podemos firmar que as decisões metodológicas a ser tomadas pelo professor no âmbito da escola, referente a suas atividades e tarefas, não deverá ser tomada a partir de uma perspectiva isolada, tendo como pano de fundo o livro didático.

Tais decisões estão imbricadas na função que o livro didático ocupa no espaço escolar e, por consequência, na sociedade. Portanto, tratamos de algo que é recorrente o que tange ao livro didático, é importante ressaltar a ideia do ato de aprender, que não pode ser compreendido como uma tarefa mecânica e descontextualizada da realidade.

Contudo, podemos afirmar que o livro didático precisará ter essa função no processo de aprendizagem, cabe a ele que revertesse o quadro em que temos apresentado como uma peça meramente ilustrativa e decorativa. É importante que haja um compromisso de todos os envolvidos com as questões que envolvem o livro didático.

Nesse sentido, ele precisa ser um recurso valioso, pois pode oferecer ao professor orientações e sugestões diversas para um trabalho mais qualificado e eficaz. É só nessa condição que o livro didático, de fato, realiza-se como tal, ou seja, como um recurso promotor de aprendizagem.

Ele pode ser tomado como definidor único dos conteúdos, das estratégias e dos objetivos de determinadas disciplinas ou, ao contrário, pode ser visto como um parceiro e num processo de ensino muito especial, cujo beneficiário final é o aluno. (LAJOLO, 1996)

Considerando tais pressupostos, podemos afirmar que, se faz necessária uma aproximação de onde está livro didático, se ele se relaciona com os acontecimentos atuais, com a realidade vivida, com o que é significativo. Essa perspectiva implica a presença do livro didático e constitui elemento basilar de um sistema educativo apoiado em pressupostos. De acordo com Paiva, Morais e Fonseca, (2014):

Os livros didáticos podem desempenhar diferentes papéis. Independentemente da concepção, estrutura, organização e seleção de conteúdos e do tipo de abordagem propostos por uma obra, o que determina o encaminhamento, cumprimento dos objetivos e os resultados do processo.

Essa perspectiva implica que o professor deverá de alguma maneira decidir de forma efetiva sobre quais processos que orientarão sua prática docente e as práticas que desenvolverá a partir do livro didático.

Estrutura significa trazer o planejamento e a explicitação da aula para um momento bem anterior a sua véspera. A primeira e a maior ferramenta nessa direção foi o livro, permitindo pela invenção de Gutenberg. Em seguida, vem o livro didático, em que os mesmos materiais recebem uma organização já visando ao seu uso em sala de aula. (CASTRO, 2006)

CAPÍTULO 4: O LIVRO DIDÁTICO E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

De acordo com Ausubel (1973, p. 34):

A aprendizagem significativa é o processo pelo qual um novo conhecimento e relaciona de maneira não arbitrária e não literal à estrutura cognitiva do estudante, de modo que o conhecimento prévio do educando interage, de forma significativa, com o novo conhecimento que lhe é apresentado, provocando mudanças em sua estrutura cognitiva.

A aprendizagem significativa tem um papel importante em relação ao livro didático no que diz respeito à formação dos alunos. Dessa forma, é interessante refletirmos num primeiro momento sobre a importância de o professor conhecer essa teoria e, conseqüentemente, reconhecê-la enquanto teoria da psicologia cognitiva, aliada ao uso do livro didático no sentido de organizar e desenvolver o seu trabalho pedagógico em sala de aula.

Nesta reflexão, questionamos a relação entre o livro didático e a aprendizagem significativa. A contribuição da teoria de David Ausubel como teoria da aprendizagem significativa poderá vir a ser aprendida no trabalho do professor com livro didático.

Nesse contexto, as experiências aprendidas pelos alunos a partir do livro didático, mediadas pelo professor, poderão oferecer conhecimentos, vindo dos postulados dos livros didáticos, que aliados às novas situações de construção de conhecimento irão auxiliar no desenvolvimento de habilidades cognitivas.

A nossa conjetura é de que a teoria da aprendizagem significativa de Ausubel pode auxiliar o aluno com o aporte do livro didático. Do mesmo modo, a nossa reflexão acerca da teoria de Ausubel segue a seguinte linha de pensamento, de que maneira a teoria de aprendizagem significativa pode vir a auxiliar o trabalho do professor atrelado ao papel do livro didático, por pesquisas bibliográficas, baseado em estudos de autores que conversam entre si sobre a teoria da aprendizagem significativa de Ausubel (1973).

Nesse sentido, é importante que o professor tenha o conhecimento das teorias pedagógicas atuais para que embase os processos de ensino e aprendizagem. Ressaltamos que o livro didático é um objeto importante para o fazer pedagógico.

A esse respeito, a aprendizagem significativa, em relação ao livro didático, nos aproxima na medida em que o livro didático é utilizado, podemos perceber, segundo a teoria de Ausubel, a organização cognitiva do aluno no momento em que, o professor se utiliza do livro didático em sua aula e ele é apresentado, esse conteúdo novo se correlaciona à sua estrutura cognitiva, que é algo importante para sua aprendizagem – os conceitos que são apresentados a partir do livro didático.

Para tentarmos expor neste texto acerca do livro didático uma reflexão sobre a sua relação como processo educativo, em especial buscamos entender como a teoria de Ausubel tem relevância no processo de ensino aprendizagem aliado ao livro didático. Ausubel, Novak e Hanesian (1980, p. 34) salientam que “aprendizagem significativa envolve a aquisição de novos significados e estes, por sua vez, são produtos da aprendizagem significativa.”

Dessa forma, a resposta que os alunos deram a partir das experiências de aprendizagem que passam igualmente pelo contato com o livro didático está se organizando em seus respectivos blocos hierarquizados de conhecimento, conforme nos falam os autores.

Ao fazer tais apontamentos acerca do livro didático e como ele pode se relacionar com aprendizagem significativa, quando se fala do livro didático os conhecimentos prévios, que são elencados na teoria de Ausubel (1973), estão de certa forma direcionados aos saberes do aluno. Nesse contexto, segundo o entendimento de Ausubel (1973) aparece a seguinte compreensão, em que ele salienta que “Aprendizagem é uma organização e uma integração do material na estrutura cognitiva por meio de uma estrutura hierárquica de conceitos e dividida em três fases”.

Primeira Fase: Ausubel, Novak e Hanesian (1980, apud Silva; Schirlo, 2014, p. 38 – *Imagens da Educação*, v. 4, n. 1) sugerem o uso dos organizadores prévios como estratégia para manipular a estrutura cognitiva, quando o aluno não dispõe de subsunçores para ancorar as novas aprendizagens. Ou, quando for constatado que os subsunçores existentes em sua estrutura cognitiva não são satisfatórios e estáveis para desempenhar as funções de ancoragem do novo conhecimento.

Na segunda fase: Ausubel (1973, apud Silva; Schirlo, 2014, p. 39 – *Imagens da Educação*, v. 4, n. 1) sugere que o material seja potencialmente significativo para o estudante e que este manifeste uma disposição de relacionar o novo material, de maneira substantiva e não arbitrária à sua estrutura cognitiva.

Terceira Fase: A Teoria da Aprendizagem Significativa, Moreira (1999, p. 22, apud Silva; Schirlo, 2014, p. 39 – *Imagens da Educação*, v. 4, n. 1) salienta que mediante a relação entre os conhecimentos novos e os subsunçores existentes na estrutura cognitiva do educando, os saberes serão remodelados ou ressignificados e se tornão mais importantes, atuando como subsunçores ou conhecimentos prévios, dando significado ao estudo de novos conceitos.

Assim, podemos compreender que o livro é como uma ponte para o conhecimento, que se justifica também por ser um adicional importante no âmbito escolar. Dessa forma, o livro didático oferece aos alunos uma recepção fundamental, criando condições necessárias e materiais para a aprendizagem significativa.

Se relacionar estresse ao trabalho do professor com o livro didático, é importante que no processo de utilização do livro didático é necessário apresentar ou fornecer junto com os mesmos elementos que possam ser instrumentais e não direcionais, implicando em uma metodologia que seja contextualizadora apontada pelos mapas conceituais. (MOREIRA; MASINI, 2006, p. 21)

Moreira (2005, p. 89) relata que:

Aprendizagem significativa é aquela em que ideias expressas simbolicamente interagem de maneira substantiva e não-arbitrária com aquilo que o aprendiz já sabe. Substantiva quer dizer não-litera, não ao pé-da-letra, e não-arbitrária significa que a interação não é com qualquer idéia prévia, mas sim com algum conhecimento especificamente relevante já existente na estrutura cognitiva do sujeito que aprende.

Dito isso, Bittencourt (2002, p. 73) nos afirma que:

O livro didático é um sistematizador de determinadas propostas, diz não apenas o que fazer, mas como fazer, realizando a transposição didática do saber acadêmico para o saber escolar, selecionando textos, ilustrações e conceitos; torna-se, portanto, um instrumento pedagógico.

Nesse sentido, as questões de maior grau de complexidade terão como objetivo maior fazer com que o livro didático, a partir do seu texto, provoque reflexões a partir de suas ideias, linguagens, fazendo assim o uso das atribuições dos subsunçores que irão ancorar tais conteúdo. Ausubel (1973) destaca que, para que a aprendizagem significativa ocorra:

Ele, educando, deve estar em grau de abstração ou de generalidade capaz de facilitar a integração da nova ideia, atuando como elo entre a estrutura hierárquica de conhecimento que já existe.

Considerando, podemos entender que não se esgota a discussão e a reflexão acerca do livro didático, a estreita relação entre aprendizagem significativa e ele. Moreira (2006) destaca que “É importante reiterar que a aprendizagem significativa se caracteriza pela interação entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos, e que essa interação é não literal e não arbitrária.”

Nesse processo, os novos conhecimentos adquirem significado para o sujeito e os conhecimentos prévios adquirem novos significados ou maior estabilidade cognitiva, por meio de novas aprendizagens significativas, que são resultantes de novas interações entre novos conhecimentos e o subsunçor. Nessa direção, podemos afirmar, segundo Mendonça, que:

O livro didático deve afirmar-se nos propósitos de dialogar como o nível cognitivo do aluno, o que implica trabalhar de forma a amarrar as teorias e os conceitos apresentados, buscar a compreensão dos processos que permeiam as transformações. Portanto, o livro didático, mais uma vez, reafirmando, oferece bases para que o seu leitor identifique os fenômenos. (MEDONÇA, 2011)

Medonça (2011) questiona que “haja um diálogo na estrutura cognitiva do aluno, e reafirmando aquilo que já elencamos é importante que o professor, ao trabalhar com o livro didático, ofereça conceitos para o aluno.”

Essencialmente são duas as condições para a aprendizagem significativa ocorram: 1) o material de aprendizagem deve ser potencialmente significativo 2) o aprendiz deve apresentar uma predisposição para aprender. A primeira condição implica 1) que o material de aprendizagem (livros, vídeos, aplicativos...) tenha significado lógico (isto é, relacionável de maneira não arbitrária e não literal a uma estrutura cognitiva apropriada e relevante) e 2) que o aprendiz tenha em sua estrutura cognitiva ideias-âncora relevantes com quais esse material possa ser relacionado. (MOREIRA, 2006, p. 38)

Nessa perspectiva vale destacarmos que o livro didático, no processo de ensino, constitui um elemento basilar, de acordo com Paiva; Moraes; Fonseca, (2014, p. 20):

Os livros didáticos podem desempenhar diferentes papéis; independentemente da concepção, estrutura, organização e seleção de conteúdos e do tipo de abordagem propostos por uma obra, o que determina o encaminhamento, cumprimento dos objetivos e os resultados do processo.

Portanto, de acordo com Moreira:

A teoria de aprendizagem significativa nos sugere que o material seja potencialmente significativo para o aluno e que este manifeste uma disposição de se relacionar ao novo material, de maneira substantiva então arbitrária à sua estrutura cognitiva; considerando tais pressupostos, pode-se afirmar que é importante uma aproximação de onde está o livro didático e se o mesmo tem capacidade de dialogar com seus interlocutores. (MOREIRA, 2006, p. 43)

Contudo, Moreira afirma que:

Por outro lado, o aluno pode querer dar significado aos novos conhecimentos e não ter conhecimentos prévios adequados, ou o material didático não ter significado lógico e aí voltamos à primeira condição: o material deve ser potencialmente significativo. (MOREIRA, 2006, p. 44)

Dessa forma, quando o aluno recebe o novo conteúdo a partir do livro didático, ele recebe essa nova informação que está implícita no livro e, nessa nova tentativa, precisamos relacionar com as informações já existentes que estão na sua estrutura cognitiva. A esse respeito, concordamos com Stefanello:

O livro didático é sem dúvidas instrumento indispensável para o ensino, não com o mero objetivo de levar informação ao aluno, mas por ser uma ferramenta no processo de construção de conhecimento. (STEFANELLO, 2008, p. 20)

A teoria de Ausubel destaca que a aprendizagem significativa passa também por esses eixos, não arbitrariedade e substantividade, que são características básicas da aprendizagem significativa, então, de certo modo, fica claro que o livro didático,

para ser factível no processo de aprendizagem, precisamos oferecer esse novo saber não arbitrário. Assim, o livro didático tem uma proposta de ser pensado e elaborado, tendo em vista a sua importância no contexto escolar.

De acordo com Abud:

O livro didático é um dos responsáveis pelo conhecimento histórico que constitui o que poderia ser chamado de conhecimento do homem comum. É ele o construtor do conhecimento histórico daqueles cujo saber não vai além do que lhes foi transmitido pela escola de primeiro e segundo graus (ABUD, 1984, p. 66).

Moreira (2006, p. 23) afirma que “não arbitrariedade quer dizer que o material significativo se relaciona de maneira não arbitrária com o conhecimento já existente na estrutura cognitiva do aprendiz”, ou seja, o relacionamento não é com qualquer aspecto da estrutura cognitiva, mas sim com conhecimentos esporadicamente relevantes (subsunçores) preexistentes na estrutura cognitiva. “A aprendizagem significativa não deve ser interpretada simplesmente pela qualidade e uso de determinado material.” (AUSUBEL, 1980, p. 42)

O livro didático como material potencializador pode oferecer um conteúdo interessante aportando em sua estrutura cognitiva, com novas ideias e proposições que possam ser aprendidas de maneira significativa. Entende-se que é importante considerar o fato de que o livro didático é de fundamental importância no processo de ensino aprendizagem.

Junto com isso, os eventos relacionados ao livro didático nos mostram uma reflexão e demonstram que se pode considerar o mesmo como um coadjuvante na teoria da aprendizagem significativa. Observamos que a prática docente, juntamente com o livro didático, exige do professor uma prática que irá orientar seu fazer pedagógico. Ao analisarmos a teoria de Ausubel (1973), uma análise tanto mais apurada nos coloca à vista os conhecimentos socialmente construídos. Moreira (1999, p. 22) ressalta que:

Mediante a relação entre conhecimentos novos e os subsunçores existentes na estrutura cognitiva do educando os saberes serão remodelados ou ressignificados e tornar-se-ão mais importantes, atuando como subsunçores ou conhecimentos prévios, dando significado ao estudo de novos conceitos.

Em síntese, o conhecido ofertado pelo livro didático precisa ser aprendido, tem que haver correlação, ter ou dar sentido lógico para o aluno. Portanto, a aprendizagem significativa ocorrerá de acordo com o conteúdo abordado pelo livro didático, que irá depender das experiências vivenciadas pelo aluno. Conforme Ausubel:

A essência do processo de aprendizagem significativa é que ideias simbolicamente expressas sejam relacionadas de maneira substancial e não arbitrária ao que o aprendiz já sabe, ou seja, a algum aspecto de sua estrutura cognitiva especialmente relevante para a aprendizagem. (MOREIRA,1983, p. 65)

4.1 Organizadores prévios e o livro didático

O organizador prévio é, de certa forma, um material instrucional que neste caso, o livro didático é um aporte para os subsunçores que fazem uma ponte no sistema cognitivo, onde abstração, a generalidade preenche a lacuna que o chamado “hiato” está presente no processo.

A principal função dos organizadores está em preencher o hiato, entre aquilo que o aprendiz já conhece e o que precisa conhecer antes de poder aprender significativamente a tarefa com que se defronta. (AUSUBEL; NOVAK; HANESIAN, 1980, p. 144)

Segundo Ausubel; Novak; Hanesian (1980, p. 139) “isto tem a ver com materiais que seriam inseridos para alunos, bem antes que ocorra aprendizagem.” É importante destacarmos que, de acordo com a teoria da aprendizagem significativa ocorre neste processo interessante, da mesma forma como o encontro de dois rios, o afluente e o nascente, ambos se fundem, o que os tornam um único rio.

De acordo com a teoria de Ausubel, os organizadores prévios que encontramos neste processo de aprendizagem significativa, formam uma nova estrutura, bem mais abrangente, que servirá como base para aderência de novos conhecimentos. A ideia de Ausubel sobre organizadores prévios está baseada com outros conhecimentos primário, Se este processo não se consolida, não há aprendizagem significativa.

Desta forma, Moreira; Masini (1982, p. 103) afirma que “os organizadores prévios é uma espécie de ponte cognitiva.” Quando ocorre o encontro do novo material, com

aquele que é o material introdutório de forma significativa. Ancora ao novo conhecimento que neste caso o livro didático, tem função a partir de sua utilização em sala de aula, nas mãos do professor como organizadores antecipatórios.

Portanto, para Ausubel, que tem em sua teoria de aprendizagem uma proposta interessante, onde ele propõe que a lacuna existente no processo de aprendizagem poderá vir ser preenchida, a partir da utilização dos organizadores prévios:

Se eu tivesse de reduzir toda a psicologia educacional a um único princípio, diria isto: O fato singular mais importante que influenciar a aprendizagem é aquilo que a aprendizagem já conhece. Descubra o que ele sabe baseie nisso os seus ensinamentos.” (AUSUBEL; NOVAK; HANESIAN, 1980, p. 126)

Assim, os organizadores prévios na teoria de Ausubel concorrem com os chamados subsunçores, que na sua teoria seria conceitos relevantes que aportam o sistema cognitivo do aluno. Nesta linha de pensamento, a teoria apresenta modelos de organizadores prévios.

O modelo expositivo que o professor se utiliza para o aluno aprender e outro modo é o comparativo, onde o livro didático poderá ser oferecido como o primeiro modelo no caso como material expositivo, isto é, na teoria de Ausubel, fará com que ao apresentar o livro como material expositivo e de forma posterior, o uso do conteúdo apresentado no livro didático será de forma comparativa haja visto que o aluno amplia ou cria uma nova estrutura propiciando uma ancoragem ou novo conhecimento.

Destacamos ainda que os organizadores prévios são de certa forma apresentados antecipados ao material de aprendizagem e que possibilite maior abrangência e de certo modo geral e inclusivo.

“A essência do processo de aprendizagem significativa é que as ideias simbolicamente expressas sejam relacionadas de maneiras substancial e não arbitrária ao que o aprendiz já sabe, ou seja, a algum aspecto de sua estrutura cognitiva especialmente relevante para aprendizagem destas ideias.” (AUSUBEL; NOVAK; HANESIAN, 1980, p.34)

Neste contexto o uso do livro didático pode vir a ser um elemento generalizador e de certa forma mais inclusive, dando ao aluno a partir de um porte de significado que funcionaria como ponte cognitiva. A esse respeito encontramos a seguinte colocação de que novas ideias e informações podem ser apreendidas e repetidas na medida em que conceitos, ideias ou proposições relevantes estejam adequadamente claras e disponíveis na estrutura cognitiva do indivíduo e funcionem, dessa forma, como “ancoradouro” para novas ideias, conceitos ou proposições.

Ao se apropriarmos do livro didático a partir dos subsunçores, estas novas informações iram nos tornando bem mais estruturadas. É importante salientar que, para Sousa (1980 apud Moreira, 2012, p. 9) “Organizadores prévios verdadeiros destinam-se a facilitar a aprendizagem significativa de tópicos específicos ou ideias estreitamente relacionadas.”

Numa aula, por exemplo, a aprendizagem seria facilitada se o professor começasse com uma visão geral em nível de abstração mais alto do conteúdo a ser estudado, procurando fazer “a ponte” entre aquilo que o aluno já sabe e o que ele precisa saber para aprender. (MOREIRA, 2012, p. 9)

De acordo com Moreira (2012, p. 2) “os organizadores prévios podem tanto fornecer ideias âncora relevantes para aprendizagem” Confirmando as proposições de Moreira a partir da teoria de Ausubel, podemos afirmar que o livro didático pode ser utilizado como comparador introdutório.

Em todo este trabalho, o termo utilizado por Moreira acerca da teoria de Ausubel tem a ver com a utilização de organizados prévios com qual o uso do livro didático tem importância significativa.

CAPÍTULO 5: O LIVRO DIDÁTICO E O CURRÍCULO

Primeiramente, a forma de compreendermos o que define o termo currículo ganha diversas formas com outro viés, entretanto, tudo isto nos mostra que a questão importante referente o que é o currículo tem suas definições iguais ou idênticas.

Visto isso, Lopes (2013, p. 01) afirma que “a ideia de organização prévia ou não, de experiências/situações de aprendizagem realizadas por docentes / redes de ensino de forma a levar a caso o processo educativo.”

O livro didático é um recorte de uma estrutura maior que é o currículo. Quando se abre um livro didático, os conteúdos que lá estão não são neutros, mas pelo contrário o que está no livro didático, que é algo elaborado e representado, o que lá existe é uma ideia e um porquê, por consequência uma intenção.

Apple nos fala, de maneira bem clara, sobre as dimensões que comportam toda a complexidade do livro didático:

Eles são ao mesmo tempo, resultado de atividades políticas, econômicas e culturais de lutas e concessões. Eles são concebidos projetados e escritos por pessoas reais, com interesses reais. Eles são publicados dentro dos limites políticos e econômicos e mercados, recursos e poder. E o que significam o livro e seu uso envolve disputas em comunidades com compromisso evidentemente diferentes e também entre professores/as e alunos/as. (APPLE, 1997, p. 74)

Alguns autores têm uma definição interessante acerca do currículo, entre os quais destacamos Goodson (1995, p. 31), para quem “as implicações etimológicas são que, com isso, o currículo é definido como um curso a ser seguido ou mais especificamente, apresentado.” Nesta perspectiva, o autor nos chama atenção para a ideia de que a questão do currículo está associada ao currículo de conteúdo prescrito, cujo fio condutor é o livro didático.

Na verdade, não se pode aqui, neste momento, estabelecer uma certa confusão entre currículo e livro didático, porque, em alguns momentos, reduz os programas de ensino, das disciplinas propostas curriculares ou até guias didáticos.

Atualmente, tem-se a ideia que o currículo é algo que pode ser identificado no livro didático. Vale destacarmos que os colaboradores do currículo, ao elaborarem este documento se perguntam o que é importante para os jovens aprenderem.

Com isto, o livro didático consegue os documentos prescritos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), a partir de suas políticas públicas, no caso o currículo prescrito, que ganham visibilidade no cenário educacional. Vale destacarmos que há vários currículos com os quais a escola trabalha ou elege a partir do professor para serem utilizados do mesmo em sua prática.

De acordo com Alves (2002, p. 55) “existem muitos currículos em ação em nossas escolas, apesar dos diferentes mecanismos homogeneizador” Queremos com isto salientarmos que, não existe um currículo único na escola, o livro didático por si só não carrega consigo o único currículo, mas inúmeros currículos que compreendem deste ano ou série e disciplina.

Portanto, assim como o currículo que está posto pelos elaboradores a partir das políticas públicas, um currículo que segundo os autores citados perpassa as estâncias escolares que engessam a possibilidade de um trabalho e as redes dos saberes.

Uma análise refinada da realidade escolar e das práticas cotidianas torna claro que aquilo que os alunos aprendem no contexto escolar e aquilo que deixem de aprender – é mais amplo que acepção de currículo como especificação de temas e conteúdo de todo tipo. (SACRISTÁN; GÓMEZ, 1995, p. , p. 86)

O autor defende a ideia de um currículo que contrapõem aquilo que o currículo prescrito estabelece, ou seja, precisa ser um currículo vivo e o livro didático precisa adequar-se às necessidades reais.

“O currículo não é, portanto, declaração de áreas, conteúdos e metodológicas, portanto o que se propõem segundo o autor e outro tipo de currículo que sobreponha o currículo prescrito e ofereça uma nova perspectiva a partir de um novo currículo.” (SACRISTÁN; GÓMEZ, 1995, p. p. 86)

Assim, o livro didático não pode ser um livro que reflita somente documento oficial, mas que o seu conteúdo sobreponha a prescrição e a intencionalidade dos seus prescritores.

Conforme Sacristán e Gómez (1995, p. 27) , “uma coisa é o currículo considerado como intenção um plano ou uma prescrição que explica o que desejaríamos que ocorra na escola e outra é o que existe nelas, o que ocorre em seu interior.”

Portanto, ao analisarmos o currículo prescrito, temos que verificar o que fato está apresentado a nós, professores, e isto diz respeito aos nossos objetivos educacionais. Desta forma, vale dizer que o livro didático quando chega até nós, reflete as ideias de um grupo.

Segundo Linhares e Garcia (2001):

É preciso nos desvencilhar de crenças que nos faziam ver, por tanto tempo, apenas a figura, a incompetência e a falta de sentido da escola. Quando vamos a campo investigar as escolas e nos pomos a observar a complexidade que se revela no cotidiano escolar, começamos a ver a riqueza do processo ensino-aprendizagem, a teoria em permanente movimento de atualização, a respeito que se mostra recriação a reinvenção a cada dia da escola.

A partir destes pressupostos, temos diante de nós, a ideia de se pensar o currículo nos diferentes contextos. Com isso, não podemos ficar somente no currículo prescritivo, existem outros que podem fazer parte do cotidiano escolar. Assim, na elaboração do currículo, não podemos esquecer que os agentes que ali estão envolvidos poderiam vir deixar de fora temas, conteúdos necessários para se formar futuras gerações que viriam a constituir cidadãos atuantes em uma sociedade democrática.

Portanto, todas às vezes que ele seleciona determinado conteúdo, alguns temas, automaticamente se exclui outros temas, mais relevantes para que os meus alunos saibam, e isso se faz necessário para o currículo.

De modo geral, as discussões instituídas pelos sistemas de ensino sobre o currículo atestam um desconhecimento das escolas e de seus sujeitos, pois na maior parte dos casos essas discussões não consideram a diversidade de saberes e práticas cotidianas existentes, e não pressupõem tais práticas

e saberes como tecidos em meio aos movimentos da complexidade do campo educacional e por efeito das escolas. (FERRAÇO, 1999, p. 08)

A ideia aqui apresentada é de que se tenha um currículo proativo, conforme Ferrazzo (1999) no qual a escola dentro deste currículo é pensada como um organismo atuante e o seu cotidiano é incluso. Por tantas vezes, o livro didático e os demais materiais didáticos de algum modo tendem a reproduzir os discursos institucionalizados pelo currículo prescrito, isto nos mostra que o mesmo está legitimado no âmbito escolar.

Conforme Silva (2004, p. 147), “o currículo é uma invenção social como qualquer outra coisa. Estado, a nação, a religião, o futebol, este é o resultado de um processo histórico.” O professor tem que fazer de alguma forma, que estes conteúdos toquem em sua criticidade e possam provocar seus alunos, para que transcendam e desnaturalizem o currículo prescrito, sobre a urgência de pensar em um currículo que contemple o fazer.

Destaca Silva (2004, p. 150), “o currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é o lugar, espaço, território, o currículo é o documento de identidade.

Com isso, aplicamos também ao livro didático, pois ele precisa ter propostas que se alinhem com a realidade, e não fique preso aos documentos prescritos e ideológicos. A perspectiva de currículo nos coloca aqui algumas indicações sobre as possíveis mudanças, que propõe no caso aquilo que os autores estão apontando como relevante, para que este currículo proposto pelos documentos oficiais prescrito esteja focado em uma relação estática.

Assim, como se busca ou se quer um currículo que se alinhe às práticas pedagógicas, que precisa ou que tem a necessidade, a partir destas práticas, colocar o aluno como sujeito do espaço escolar. Vale destacarmos que os elaboradores do currículo são protagonistas responsáveis pelo prescrito e esse vem inserido no livro didático em suas entrelinhas, e que não fazê-lo conversar com a realidade do aluno, não o contempla.

Por isso é importante que se busque discutir um currículo escolar que faça a transposição de um currículo descritivo para um currículo que garanta a participação direta de todos os envolvidos.

Segundo Sacristán; Gómez (1995) “o currículo tem que ser entendido como cultura real, que surge de uma série de processos, mais que como objeto delimitado e estático que se pode planejar e depois implantar”. O livro didático, que é também um recorte do currículo, como já mencionamos, precisa se desvencilhar destas ideologias que vêm carregando do currículo prescritivo, que é um documento macro, e por isso, em muitas das ocasiões suas propostas tanto do currículo como do livro didático não asseguram condições básicas para que os sujeitos do processo situem de forma direta.

Diante de tudo isso que temos elencado, esses mesmos questionamentos deveram estar relacionados ou sugeridos pelos elaboradores do currículo e uma pergunta não pode faltar: O que é relevante que se contemham conteúdos para que os alunos aprendam? É claro que nesta elaboração estão em jogo conflitos, tensões e com isso também se excluem outras temáticas.

Assumir os sujeitos a praticantes da escola como uma base para a ideia do currículo aqui proposta implica, ainda, defender uma visão otimista em relação às pessoas comuns, cotidianas, investindo-as de força, potencializando-as diante de fatos da vida cotidiana. (CERTEAU, 1996, p. 22)

A nossa discussão sobre a teoria dos currículos existentes no livro didático, basta voltarmos nossos olhares para o currículo escolar, vamos nos deparar com várias influências de teóricos e também porque não afirmarmos a real influência do Estado, da economia.

Assim, por este viés, tais conteúdos estão impregnados no livro didático. Como já temos observado ou ressaltado, independentemente do que o currículo se propõe a discutir, seja ele liberal, ou não crítico, a questão central é como isso é tratado nos livros, ou como nós, professores, faremos o tratamento destas informações que lá estão contidas.

Se trabalharmos por esse viés de desconstruirmos tudo que está posto no livro didático, então teremos que trabalhar com a verdade e a mentira, mas por outra perspectiva, podemos acerca de tudo isso, a partir de uma visão crítica em que os alunos enxerguem o que está no livro a partir de um outro olhar. A ideia é que o aluno questione o verdadeiro papel da escola para a sociedade e compreendamos como esse movimento se dá a partir do livro didático.

Pensarmos em currículo a partir da perspectiva com qual temos mencionado, nos remete a refletir com que currículo nós, professores estamos trabalhando a partir do livro didático. Já que não há um certo consenso sobre o que o currículo deve privilegiar em sala de aula, o que se sabe até o qual estamos discutindo, que nos chama a pensar, qual o currículo a ser seguindo.

Lembrando mais uma vez que o livro didático é o recorte do currículo e, portanto, está nas mãos do professor, ao utilizarmos o livro didático, faz com que o currículo passe a ser um currículo vivo no contexto escolar.

Segundo Silva (2002):

Toda discussão em torno dos estudos curriculares contribui para elaboração de concepções e não de teorias do currículo, pois cada definição que tentarmos fazer do currículo não é neutra, não está isenta de intenções.

É preciso ainda levantar esta questão, é preciso que se pense e reflita: o currículo que está posto no livro didático, está a serviço de quem? Essas indagações precisam constatar em minhas arguições, para que no momento em que eu for fazer ou realizar minhas aulas, isso esteja bem claro para mim e para meus alunos.

É primordial “moldar o currículo em função das necessidades de determinados alunos, ressalta no os seus significados, de acordo com suas necessidades pessoais e sociais dentro de um contexto cultural.” (SACRISTÁN, 2000, pp. 168)

Destacamos ainda que, é por meio do currículo que entendemos as questões envolvidas no processo de ensino aprendizagem. Assim, o que se ensina e aprende os conteúdos que são ofertados aos alunos, via de regra, vêm por intermédio do currículo e assim toda a construção do conhecimento com suas aplicabilidades e seleção, tudo isto deve estar articulado ao currículo.

Lembramos que, é por meio do livro didático, que é um dos materiais didáticos pedagógicos, que os documentos oficiais buscam trazer o currículo para o chão da escola. A aplicação do livro didático tem uma estreita aproximação com o currículo escolar.

Queremos com isso destacar que, as políticas públicas criadas pelo governo em especial o PNLD, “reconhece o livro didático como um suporte de conhecimento [...] é considerado também um instrumento de transmissão de valores ideológicos e culturais.” (BRASIL, 2006, p. 13)

Portanto, como temos comentando a respeito do livro didático e a sua relação bem próxima ao currículo escolar neste contexto nos afirma Soares (2002, p. 2), “há o papel ideal e o papel real. [...] Idealmente, suporte, um apoio, mas na verdade ele realmente acaba sendo a diretriz básica do professor no seu ensino.”

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho nos permitiu trazer à tona de que forma o livro didático está posto no contexto escolar. Percebeu-se que em sua maioria das vezes o livro didático nos tornou incipiente no fazer pedagógico do professor, por conta de uma ausência do mesmo, no caso do livro não estabelecer uma estrutura pró-ativa no sentido de ser ou vir a ser um material histórico dialético para que o mesmo se destina, no caso professores e alunos.

Devemos destacar que, são poucos os momentos em que o livro didático a partir de suas propostas em seus respectivos conteúdos, tentam de alguma forma conversar com esses atores que fazem parte do processo. Tais considerações nos permite entendermos que, de maneira geral, os livros didáticos trazem consigo no seu bojo, uma abordagem de certa forma mínima no sentido de estimular a reflexão crítica sobre a sociedade.

Portanto, neste trabalho, buscamos investigar a partir da verificação de conteúdos do livro didático como estão dispostos os seus respectivos conteúdos. Neste sentido, isto nos permitiu compreender melhor como se dá a estrutura do livro didático e entendermos aquilo que já elencamos em nosso trabalho, o modo como os conteúdos são selecionados e contemplado dentro de uma didática.

Percebemos que é importante avançarmos nesse sentido de se fugir de um livro didático que não atenda as necessidades e interesses dos atores do contexto escolar. Neste trabalho, procuramos compreender e ao mesmo tempo dar sentido sobre o livro didático e sua utilização em sala de aula.

Destarte, destacamos que, o livro didático não é o único instrumento potencializador do saber escolar, mas ele é um dos elementos didáticos pedagógicos que interagem no processo educacional.

Por fim, foi desenvolvido um produto final, no sentido de dar voz ao conhecimento do professor em sala de aula, às questões vivenciadas acerca do livro didático, inquietudes, angústia e todos os sentimentos de impotência que rondam o trabalho do professor em relação ao livro didático, e isto, de alguma forma, impacta seu desempenho em sala de aula.

PRODUTO FINAL: GUIA DE ORIENTAÇÃO AO PROFESSOR PARA ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO

Para melhor compreensão deste nosso trabalho, será apresentado como produto final, um guia que é o resultado de nossa dissertação de Mestrado Profissional: Práticas docentes no ensino fundamental. A pesquisa desenvolvida nos conduziu à construção do material em um formato de guia do livro didático, como um recurso que irá auxiliar professores na construção de conceitos sobre a escolha do livro didático.

Estudos e identificação na melhoria e qualidade do livro didático, em consonância com o programa nacional de distribuição do livro didático, do mesmo modo que estudiosos acadêmicos têm se debruçado por alguns anos, porque não assim dizer por décadas, eles vêm investigando a deficiência e eficiência sobre o livro didático, tais fragilidade acerca do livro didático tem sido apontadas no sentido de se buscar melhorias e qualidade. Podemos citar aqui alguns trabalhos de autores que têm se dedicado a falar sobre o livro didático: Bittencourt (1993; 1996); Lajolo (1996; 1999), etc.

Em vista dos questionamentos apresentados neste trabalho, este guia tem como objetivo orientar o professor na escola com o uso do livro didático em sala de aula, fazendo com o que essa ferramenta possa ser aproveitada por professores de forma distinta como um guia orientador sobre o que o livro didático deve ter, ou o que o livro didático não deve ter, independentemente da sua área de atuação na docência. Com este guia, os professores poderão embasar sua prática docente, a partir do universo que o cerca, que é a sala de aula.

Nem a proposta de um livro e nem as ideias do professor são infalíveis, portanto a relatividade do conhecimento precisará estar presente na análise de qualquer produção didática a fim de que se trabalhe com o aluno o dinamismo na construção do saber. (PONTUSCHKA, 2009, p. 343)

Salientamos que, nosso guia se dedica à construção de mais um aparte em sala de aula, com objetivo de orientar a partir das informações nele contidas.

Pretendemos que, este guia constitua um manual relevante aos professores de modo geral, pois o acesso a este guia, que é propício à metodologia aplicada em educação, no caso o livro didático, possibilite novas discussões e abordagens referentes à qualidade e melhoria do livro didático.

A estrutura do nosso trabalho e o seu percurso metodológico será constituída a partir destas duas colunas: O que o livro didático deve ser? Após esta exposição, fica aqui pertinente a discussão que temos levantado ao longo do nosso trabalho: No que consiste o livro didático?

Este produto, construído a partir de nosso olhar e da nossa prática, aliado à reflexão a respeito do livro didático, visa demonstrar a partir do guia que é possível dar um norte para professores sobre como proceder acerca das escolhas do livro didático, amparado por uma metodologia investigativa.

INTRODUÇÃO

Primeiramente, estaremos propondo nesta dissertação, uma discussão, ou porque não dizer uma reflexão? Acerca desse nosso olhar no que diz respeito ao livro didático, como uma rica fonte de pesquisa, à medida que nos desvencilhamos desse nosso olhar viciado, na qual já nos acostumamos a ver o livro didático como um aparato no uso escolar.

Com objetivo de colaborar com a nossa pesquisa, na busca da revisão bibliográfica, após a realização de leituras e análises sobre o livro didático, se fez a sua sistematização a partir da construção de duas tabelas que apresentam o que é, como deve ser e como não deve ser o livro didático.

1 OBJETIVOS

É necessário que haja um rompimento da parte do professor com este olhar equivocado em relação ao livro didático ou para o livro didático. Desta forma, uma das principais metas, ou objetivo, deste trabalho seria ou será, de alguma forma, orientar o professor acerca de que modo ele poderá analisar o livro didático que chega a suas mãos.

Neste sentido, esta análise do livro didático precisa ser entendida como uma visão de maior abrangência, onde o livro didático não é, e não será, por si só, um mero aparato na utilização do trabalho docente e no âmbito escolar.

1.1 Objetivo específico

Ressaltamos que, no novo contexto escolar, está rodeado de mudanças e transformações. Tais mudanças ocorrem de formas corretivas, onde o livro tende a inclinar tais imposições e em outro momento mudanças de forma horizontais. O escopo de nossa pesquisa procura destacar o uso do livro didático, as mudanças ao longo do tempo e as suas transcendências.

Investigar as práticas docentes atreladas ao livro didático nos faz refletir sobre a nova realidade na qual estamos submersos, em as ideologias ganham força. Destarte, o enfrentamento para tais situações nos coloca diante de tal desafio, como trabalhar com o livro didático.

1.1.2 Metodologia

Para realização desta pesquisa foram utilizados uma série de procedimentos metodológicos, a saber, no primeiro momento, um levantamento bibliográfico buscando oferecer um suporte teórico para elaboração da dissertação. A pesquisa de caráter histórico ancora em uma releitura acerca do livro didático, além de estudo bibliográfico que abarca uma análise documental entre eles, como legislação e livros didáticos antigos.

A metodologia utilizada se deu a fim de chegar ao nosso objetivo, e de adquirir mais conhecimento e entendimento a respeito do tema, na qual foram realizadas análises e pesquisas bibliográficas.

Nem a proposta de um livro e nem as ideias do professor são infalíveis; portanto, a relatividade do conhecimento precisa estar presente na análise de qualquer produção didática, a fim de que se trabalhe com aluno o dinamismo na construção do saber. (PONTUSCHKA et al., 2007)

A pesquisa está atrelada em estudos a partir de uma revisão da literatura. A partir da realização das pesquisas propostas, partiremos de uma abordagem que circunda o fazer do professor em sala de aula e como ele se apropria do livro didático, no seu dia-a-dia. Desta forma, tais constatações nos permitiram analisar tal contexto a fim de compreender como se dá esta relação professor e livro didático.

2 ALGUMAS ORIENTAÇÕES SOBRE O GUIA

Destacamos as principais orientações para utilização do guia na formação de docentes, de acordo com Andrade (2016):

1. A quem se destina este guia?

R: Aos professores dos anos iniciais do ensino fundamental II.

2. Quando e onde deve ser empregado o guia?

R: Em formações de professores, reuniões pedagógicas, planejamento, pois irá viabilizar o diálogo e discussões acerca do que o professor deverá utilizar com critérios para escolha do livro didático.

3. Qual o objetivo deste guia?

R: Possibilitar a escolha do livro didático que faz parte do cotidiano escolar.

4. O que se espera deste guia?

R: Que seja utilizado pelas instituições de ensino nos cursos de formação docente, sendo também replicado aos demais professores.

No quadro abaixo sistematizam essas características do livro didático:

Quadro 1 – Como o livro didático deve ser e não ser:

DEVE SER	NÃO DEVE SER
O livro didático deve ser um material dinâmico, com objetivo de reunir seus conteúdos em múltiplas fontes da cultura material e imaterial.	O livro didático não deve ser a única fonte de pesquisas.
O livro didático terá que fazer a transposição didática da transmissão de um saber pacífico para despertar do aluno, no sentido de que os conteúdos sejam relevantes.	O livro didático não deve ser um produto com concepções antigas e unidirecionais, sem interlocução com aqueles que dele se utilizam. Em concordância com Gadotti (1981, p. 9) “o livro didático não poderá ter mentiras.”
O livro didático tem que ser libertador.	O livro didático não pode ser transmissor de conhecimentos prontos e acabados, sem com isto abrir possibilidades para os questionamentos ‘porquê’ e ‘para quê’.
O livro didático deverá aproximar mais sua linguagem da realidade social, vivida cotidianamente pelo aluno.	O livro didático não pode ser de qualidade didática duvidosa: será que tudo que é didático foi escrito pensando no aluno?

(*) Quadro elaborado pelo aluno.

3 O PAPEL DO LIVRO

Acerca do livro didático, seja verdade ou falácia, o livro didático é uma ferramenta básica na construção do conhecimento, e o mesmo possui o papel de fazer com que o aluno construa sua concepção de mundo. Como diria a raposa ao pequeno príncipe: “Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas”.

“O livro didático constitui um elo importante na corrente do discurso da competência: é o lugar do saber definido, pronto, acabado, correto e, dessa forma, fonte única de referência e contrapartida dos erros das experiências de vida.” (VESENTINI, 2007, p. 22)

A afirmação feita por esse autor deixa bem claro que o livro didático tem um papel importante, ele assume uma posição central, no processo de desenvolvimento do aluno. De acordo com Lajolo (1996), “o livro didático assume certa importância dentro das práticas do ensino brasileiro”. Nestes últimos anos, isto é notável, principalmente em países como o Brasil.

Neste contexto, segundo Lajolo (1996), “a precaríssima situação educacional faz com que ele acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, pois, de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina o que se ensina.”

Pretendemos, neste trabalho, trazer à tona uma reflexão do papel do livro didático no contexto escolar em sala de aula. Destacamos ainda que, os autores como Lajolo, Bittencourt, entre outros, salientam a relevância do livro didático em sala de aula e colocam que o livro didático é um instrumento importante na prática docente.

Neste contexto, de maneira geral, a prática docente está destinada de forma estreita ao uso do livro didático, sendo que este é utilizado como currículo proativo. Em uma análise crítica acerca do livro didático, o que se pode verificar é que as questões pedagógicas sobre o livro didático.

Para Lajolo; Zilberman (1999):

Entretanto, apesar de ilustre, o livro didático é o primo pobre da literatura, texto para ler e botar fora, descartável porque anacrônico: ou ele fica superado dados os progressos da ciência a que se refere ou o estudante o abandona, por avançar em sua educação. Sua história é das mais esquecidas e minimizadas, talvez porque os livros didáticos não são conservados, suplantado seu "prazo de validade".

3.1 O uso do livro didático como fonte de pesquisa

A primeira reflexão acerca do livro didático é: Como ele vem sendo atualizado nesse espectro de saberes no âmbito da educação? Estamos diante de um viés interessante, pois, se de um lado há um movimento cujo principal preceptor é o livro didático, que vem embalado com toda uma produção cultural, ao mesmo tempo, há a ideia das mídias tecnológicas, as quais estão propondo ou propagando uma espécie de euforia nos campos dos saberes.

Neste contexto, o livro deixa de ser interessante por conta das tecnologias e, ao mesmo tempo, esses antagonismos estão presentes na escola, onde o livro didático ocupa um importante papel.

A utilização do livro didático, de certa forma, compreendemos uma gama de valores intrínsecos ao seu uso e manuseio. É preciso compreendermos que o livro didático faz parte do universo escolar, e que, portanto, nele reside não somente uma proposta de construção de saberes que se desejou serem transmitidos em momento linear da História, em particular.

É preciso, de alguma maneira, primeiro entendermos a natureza do livro didático, que é multifacetárias, no que diz respeito aos seus usos e destinação. Aqui, quando se fala de destinação, nos referimos aos diversos conteúdos que o livro possui.

Desvendarmos o livro didático no que diz respeito à sua utilização, ou seja, como o seu uso no dia a dia escolar tem importância. Dessa forma, estamos tentando entender a que se destina o seu uso. Podemos, então, destacar alguns aspectos

interessantes quando estamos falando do uso do livro didático.

O uso do livro didático como suporte ou fonte de pesquisa nos dá a percepção de como o livro didático tem importância no universo cultural. Mesmo sabendo que, o livro didático serve de guia tanto para professores quanto para alunos, estamos enfatizando a sua utilização no que tange à pesquisa.

Estamos propondo desvendar o livro didático a partir da pesquisa com ele ou fazer dele um referencial para pesquisa. É importante que se dê um tratamento diferenciado no sentido de restringir simplesmente à um manual ou guia.

A respeito disso, nos afirma Fonseca (1999):

O livro didático e a educação formal não estão deslocados do contexto político e cultural e das relações de dominação, sendo, muitas vezes, instrumentos utilizados na legitimação de sistemas de poder. Por serem representativos de universos culturais específicos, atuam, na verdade, como mediadores entre concepções e práticas políticas e culturais, tornando-se parte importante na engrenagem de manutenção de determinadas visões de mundo.

Ao mencionarmos o livro didático ou fazermos menção da importância do seu uso, enquanto fonte de pesquisa, queremos chamar atenção dos leitores do livro didático para mostrar que ele não pode ser visto como mero coadjuvante no contexto escolar. É preciso que o livro didático saia das sombras e ocupe seu lugar.

Certeau (1994) afirma que “para aqueles que se utilizam do livro didático, o mesmo traz consigo as estratégias que este material possui para instalar uma ordem que deve ser cumprida”. Acerca destas considerações sobre o uso do livro didático (LD), alguns autores destacam questões de ordem social. A esse respeito, a autora Bittencourt discorre:

[...] O livro didático é também um depositário dos conteúdos escolares, suporte básico e sistematizador privilegiado dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares: É por seu intermédio que são passados conhecimentos e técnicas consideradas fundamentais de uma sociedade em determinada época. O livro didático realiza uma transposição do saber acadêmico para o saber escolar no processo de explicitação curricular.” (BITTENCOURT, 1996, p. 72)

Neste aspecto, percebemos a relevância de se sustentar uma certa ponderação acerca do livro didático (LD) em relação a sua qualidade naquilo que se diz o material e a questão metodológica. A pesquisa apresentada é importante para

contemporaneidade que pretende discutir, pois se necessita entender a relação do livro didático (LD) no contexto escolar.

Os livros didáticos desempenham um papel como se fosse um elemento catalisador, auxiliando a aprendizagem para os alunos. Compreendemos que essa ponderação não se acaba nesta pesquisa, que, ao contrário, deverá propor outras reflexões que possam levar a novos questionamentos sobre o livro didático.

Conforme discorre Bittencourt (1996, p. 02), “o caso do livro didático, embora haja uma crescente investigação sobre ele, existem poucos trabalhos que abordam em uma dimensão histórica”.

A partir daquilo que estamos explorando com base na pesquisa bibliográfica, constatamos que, via de regra, o livro didático tem sua importância. Contudo, é possível afirmar que, dentro do contexto escolar, o livro didático compõe um papel singular, que é algo determinado a partir do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e que de alguma forma reflete o uso e as influências do livro didático (LD) de cada nome histórico direcionado ao livro didático (LD).

A respeito disso, discorre Lajolo (1996), “são centrais na produção, circulação e apropriação de conhecimentos, sobretudo do conhecimento por cuja difusão a escola é responsável.” (Lajolo, 1996, p. 4) Vale destacarmos que, a prática docente e a formação estão intimamente ligadas ao livro didático (LD), pois como o docente concebe sua formação a partir do livro didático é algo que apostam os conhecimentos e habilidades que são pertinentes à profissão docente.

Ao analisarmos o caminho evolutivo do livro didático, ao longo de nossa História, verificamos que houve caminhos e descaminhos em sua trajetória, sendo ele influenciados por políticas públicas e ideológicas, que, de alguma forma, influenciaram nos programas voltados à distribuição do livro didático.

A respeito disso, Soares afirma:

Um olhar sócio Histórico sobre o livro didático no Brasil, pode levar a uma História de nosso ensino das práticas escolares da transformação das disciplinas ao longo do tempo, tudo isso determinado e explicado pela educação de políticas culturais, sociais e, conseqüentemente, educacionais. (SOARES, 1996, p. p. 56)

O livro didático ocupa um lugar interessante e, ao mesmo tempo, caminha junto aos demais protagonistas do processo educativo. O que nos chama atenção em relação à posição do livro didático como fonte única do saber, é precisar entender que a sociedade está cada vez mais se transformando.

E, tendo em vista essas transformações, cabe ao livro didático se adequar a tais mudanças e isso implica em metodologias novas a partir do livro didático junto com as novas tecnologias que precisam estar inseridas no conteúdo do livro didático. Na contemporaneidade, os livros didáticos constituem a principal fonte de consulta e pesquisa, como material impresso pelos alunos em sala de aula.

Desta forma, queremos, com esta nossa análise, acrescentarmos à afirmação do autor Lopes (2007, p. 208), na qual ele coloca a seguinte atribuição ao livro didático: “De ser uma versão detetizada do conhecimento para fins escolares e/ou como propósito de formação de valores.” Com isto, tende a construir um conhecimento de valores e particularidades de visões de mundo de forma distinta.

Ao investigarmos a relevância do uso do livro como fonte de pesquisa, pelos professores na elaboração de suas aulas, e na qualificação de sua formação, e na formação dos alunos, observa-se que esta prática constituímos algo de forma recorrente na formação tanto dos professores como dos alunos, já que o livro didático é um material didático de fácil acesso.

O livro didático assume essencialmente três grandes funções: Da informação de estruturação e organização da aprendizagem e, finalmente a função de guia do aluno no processo de apreensão do mundo exterior. Deste modo, a última função depende de o livro permitir que aconteça uma interação da experiência do aluno e atividade que instiguem o estudante desenvolver seu próprio conhecimento ou ao contrário, induzi-lo as repetições ou imitações do real. Entretanto, o professor deve estar preparado para fazer uma análise crítica e julgar os méritos do livro que utiliza ou pretende utilizar, assim como para introduzir as devidas correções. (SANTOS; CARNEIRO, 2006, pp. 206)

3.1.1 O uso do livro didático como suporte

Este é um tema que precisa ser considerado. Esclarecer acerca da importância do

livro didático requer que se tomem algumas considerações em aspectos importantes. Na maior parte dos casos, a pesquisa ou consulta através do livro didático representa um instrumento que circula no ambiente escolar e também fora dele.

Como destaca Chartier (1990) “por essa razão, são veículos de circulação de ideias que traduzem valores, como já dissemos, e comportamentos que se desejou que fossem ensinados.”

O uso do livro didático, na concepção por nós adotada, procura contribuir para avançar na direção de nossa pesquisa sobre o livro didático e sua importância dele como instrumento de pesquisa. Vale destacarmos que, a utilização do livro didático é algo recorrente no meio escolar, e isto, de certa forma, estabelece uma relação importante no âmbito escolar, onde a consulta estabelece uma relação de compreensão epistemológica entre a aprendizagem significativa e a transposição didática e metodológica, de forma que o aluno, ao fazer a pesquisa a partir do livro didático, consegue entender e fazer interpretações do mundo que o cerca. Sobre essa importância, Lajolo e Zilberman (1996) discorrem que:

O livro didático interessa igualmente a uma história da leitura porque ele, talvez mais ostensivamente que outras formas escritas, forma o leitor. Pode não ser tão sedutor quanto às publicações destinadas à infância (livros e histórias em quadrinhos), mas sua influência é inevitável, sendo encontrado em todas as etapas da escolarização do indivíduo: é cartilha, quando da alfabetização; seleta, quando da aprendizagem da tradição literária; manual, quando do conhecimento das ciências ou da profissionalização adulta, na universidade.

Estes autores citaram que, esse material, mesmo não sendo sedutor, possui uma relação importante, também, na formação do leitor, uma vez que ele está correlacionado desde as séries iniciais até ao ensino superior.

4 A RELEVÂNCIA DO LIVRO DIDÁTICO

O livro didático é um instrumento balizador ou norteador das atividades pedagógicas em sala de aula, uma vez que seu uso no cotidiano tem servido de base como um

coadjuvante no processo de ensino aprendizagem. Assim, como tantos outros livros usados em outras disciplinas, o livro didático é sim um recurso que de certa forma, ele se constitui como um material de auxílio para professores e alunos.

O livro didático foi introduzido no ambiente escolar por meio dos programas do Governo Federal ampliado a partir do Programa Nacional do Livro didático (PNLD). O mesmo se coloca à disposição de todos os alunos a educação básica, por meio de suas políticas públicas do governo federal através do Ministério da Educação e Cultura (MEC/0, recursos pedagógicos de uso e apoio aos professores e aos alunos, sendo o livro didático o protagonista destes recursos.

A respeito disso, os seguintes autores consideram três categorias quanto ao uso do livro didático: “o Estado que compra o livro; o professor que escolhe e utiliza como um instrumento de trabalho em suas aulas e o aluno, que tem o livro como um material considerado indispensável para o seu aprendizado.” (FREITAG; MOTTA; COSTA, 1997)

O livro didático precisa se relacionar com os conteúdos didáticos-pedagógicos. Tais conteúdos dizem respeito a uma concepção interdisciplinar, em que estas questões pedagógicas conversam entre si, por exemplo, o planejamento da aula de forma correlacionada ao uso do livro. (BITTENCOURT, 2008).

De certa forma, o uso do livro didático é bastante comum nas escolas inclusive sabe-se que muitos professores se utilizam deste material didático, e por um certo desconhecimento da função ou do papel do livro didático é o único material para o seu uso em sala de aula.

O uso do livro didático na prática docente, nos remete à questão da escolha deste material. Coloca em xeque ou em questão, como os docentes escolhem seus livros didáticos, livros esses que serão utilizados no transcorrer do ano letivo, no dia a dia do fazer escolar?

Os questionamentos que se colocam aqui são: Como o professor identifica esse livro didático com o qual ele irá trabalhar e se o mesmo atende à proposta didática? Saber ainda se o professor utiliza algum guia ou como identifica, correlaciona o livro

didático com as propostas e estratégias adotadas pelos documentos.

O uso do livro didático deveria ser um ponto de apoio da aula para que o professor pudesse a partir dele ampliar os conteúdos, acrescentando outros textos e atividades e dessa forma, não transformando no objetivo principal da aula. (CASTELLAR, 2003, p. 30, p?).

4.1 Livro didático: problema ou solução em sala de aula?

Deste modo, nossas pesquisas acerca do livro didático fizeram emergir muitos questionamentos de cunho epistemológico, que permitiram fazer novas leituras concernentes a ele. A perspectiva de melhor completude referente ao livro didático e a problemática que o envolve, no que tange à sua produção científica e sua transposição didática, que incide de forma direta na prática docente e discente.

O livro didático, de certa forma, serve ao professor e ao aluno, além de se desvencilhar das ideologias dominantes, trazendo consigo perspectivas e ressignificados do seu papel. Com isso, alunos e professores teriam a possibilidade de ampliar suas compreensões.

De acordo com Castellar (2003): “ao considerar alternativas para o livro didático ‘escolar e padronizado’ é necessário que ocorram mudanças significativas na organização e no funcionamento das escolas e conseqüentemente, no currículo praticado.” Entretanto, Bizzo (1998, p. 72) destaca que:

O livro didático, embora se constitua uma possível visão no ensino, é um reverso amplamente distribuído em todo território nacional, principalmente após o ano de 1996, desde quando o ministério de educação tem avaliado os mesmos através do PNLD, é distribuído gratuitamente para escolas públicas.

É importante destacarmos que, se o livro didático é problema ou solução, isto irá depender do uso que se faz dele no contexto escolar. Para que o livro didático seja um aliado na construção do conhecimento, é importante que o professor compreenda os objetivos que estão inseridos nos seus respectivos conteúdos.

“É importante que o docente considere os objetivos apresentados nas unidades ou nos capítulos para se apropriar da proposta pedagógica presente nela tomando os conteúdos mais significativos e menos

descritivos.” (CASTELLAR, 2003, pp. 6)

Castellar destaca a dificuldade que o professor tem em separar aquilo que está contido nos livros, como os fundamentos metodológicos, e as propostas da prática docente, isso se torna um problema entre o professor e o livro, pois o professor não consegue alcançar os objetivos propostos pelos autores dos livros didáticos, que estão lá definidos.

Destacamos ainda que, se pôr um lado, estamos emanando atenção para a forma como o professor utiliza o livro didático, e como ele tem conhecimento dos conteúdos que lá estão presentes, poderá fazer com que o livro possa ser uma solução ou um problema. Salientamos que, os autores apontados em nossa presente pesquisa têm apontado que o uso do livro didático pelo professor tem a ver, também com a qualidade que este material chega ao professor.

Neste sentido, destaca Cal (2003), para a importância que o processo profundo da leitura e da discussão entre os educadores em que deve estar presente as finalidades de ensino de cada área do conhecimento. Tudo isto tem a ver com a formação do professor e a distribuição do livro didático, que está atrelado às políticas públicas de distribuição do livro didático, que passa também pelo projeto político-pedagógico da escola.

O livro didático, a partir do que é proposto, em via de regra segue o programa de ensino, que é algo pensado com o objetivo de estar alinhado com as políticas públicas da educação e com o plano nacional. De acordo com, Megid Neto, Fracalanza (2006), “fazem-se necessário investir na ampla divulgação dos diversos estudos e pesquisa disponíveis que contemplem a avaliação do livro didático e das formas de utilização dos compêndios escolares pelos professores e seus alunos.”

Neste sentido, a concepção que norteia o livro didático precisam acompanhar as mudanças que são produzidas pelas demandas, que questionam as necessidades

reais, acerca de uma análise bem mais acurada a respeito do livro didático.

É importante que o livro didático faça a transposição da transmissão de um saber pacífico, para um saber mais elaborado, no sentido que os conteúdos do livro didático sejam eficazes. O livro didático enquanto “currículo escrito”, para Goodson (1995, p. 55), “expressa publicamente aspirações intenções normais e critérios orientadores da avaliação pública da escolarização.”

De acordo com Lopes (2007, p. 215) “é pertinente entender o livro didático como um texto curricular que reinterpreta sentidos e significados de múltiplos contextos e que constitui uma produção cultural a se efetivar nas diferentes leituras no espaço escolar.”

O livro didático, como problema ou solução, coloca para nós, ou nos deixa uma reflexão, acerca de como o livro didático se relaciona ou se insere no contexto escolar. o livro didático. Como se tem enfatizado a respeito do livro didático, ele constitui um dos principais recursos para os professores direcionarem, sua prática pedagógica. A prescrição dos livros didáticos, desta forma, é um apoio e também um obstáculo às transformações que ocorrem no contexto escolar.

É preciso que autores e editores comecem ou procurem fazer com que o livro didático, deixe de ser ou de ter um conteúdo extremamente denso ou pesado por vir carregado de ideias que o condense de tal forma o livro didático que suas narrativas e tratativas estão empregadas no sentido de fazer com que a sua difusão legitime alguns poucos grupos em detrimento de outros menos favorecidos.

De acordo com Sacristán (2000, p. p. 22), o mesmo define que “os livros didáticos como agentes apresentadores do currículo pré-elaborado para os professores, sendo que considera o uso de tais meios inerentes, às vezes, ao próprio exercício profissional.”

Giroux (1997) destaca que “o professor é um intelectual transformador”. Partindo desta premissa, caberá ao professor no contexto escolar, de posse do livro didático,

desvelar o mesmo.

Nesta perspectiva, Moreira; Anjos; Roças; Cardoso (2013) ressaltam que “o livro didático constitui-se num forte elo de interação entre o trabalho de professores e aluno em sala de aula.”

É importante anotarmos que, o livro didático é compreendido como um objetivo de relevância no processo ensino aprendizagem, dado que ambiente escolar ou o espaço escolar é a ceara de disseminação das ideias que vem impressas no livro didático.

Assim, ao falarmos a respeito da relação do livro didático e o professor em sala de aula, como já antes mencionamos por definição, queremos dizer que o livro didático tem um papel a ser considerado importante. No entanto, o livro por si só não tem a capacidade de influenciar em nada, o que ocorre somente quando o professor se utiliza deste instrumento.

Vale destacarmos que, além de seu papel no contexto escolar, podemos dizer que, o papel do livro didático extrapola os muros da escola. Há de se considerar, em linhas gerais, as dimensões em que o livro didático, entre elas, políticas, econômicas, sociais, culturais e etc.

Portanto, devemos considerar que, temos diante de nós enfrentamento que o próprio livro didático deverá ter que fazer enquanto objeto de pesquisa. O enfrentamento relativo ao mercado autoral, lugar das ideologias e aspirações. Se considerarmos a estreita relação que o livro didático tem ou possui com a instituição escolar, iremos perceber que esse mesmo livro didático apresenta encontros e desencontros, no que compreende a sua História.

Afirmamos que esse mesmo livro didático que compõem o repertório cultural da escola, causa, de certo modo, interferências ora positivas ora negativas no que tange o seu uso e produção. Com isso, nos reportamos que o livro didático tem grande influência na formação do professor.

O que percebemos, na verdade, à presença do livro didático é uma realidade e, ao

mesmo tempo, é o resultado de uma produção científica que chega aos protagonistas do processo, no caso professores e aluno, como material a ser desvelado por aqueles que fazem o dele.

Estamos com isso, não querendo omitir as várias críticas que não são poucas referentes às lacunas e à ansiedade que são detectadas nesse material didático, que é o livro didático. Esta é uma constatação a respeito de um certo déficit nos LD. De acordo com Freitag; Motta; Costa (1997), tal lacuna é percebida ainda mais quando se verifica em estudo bibliográfico que muitos autores têm destacado em pesquisas com professores e alunos relatando as deficiências apontadas neles. Contudo, é necessário pesquisas mais aprofundadas e uma investigação mais minuciosa.

O objetivo desta investigação está atrelado às preocupações acerca do livro didático, que vem a ser análise do seu conteúdo, a sua produção científica e cultural, a ideologia que está inserida nos textos e, por último, como os professores e os alunos absorvem e filtram tais conteúdos e uso de manuais de disciplinas específicas que vem ou estão contidas nestes livros didáticos.

Podemos assim afirmar que, nossas pesquisas referentes ao livro didático têm apontado que há uma relação intensa entre professores, alunos e os livros didáticos. E não podemos negar que esta relação é complexa, principalmente, por conta das variáveis que estão por detrás desta relação.

Para tentar compreendermos um pouco esta reação complexa, nos cercamos de vários teóricos para tentar entender como a produção científica do livro didático conversa com a prática metodológica.

4.1.1 Livro didático: uma questão de escolha

A relevância que se apresenta neste trabalho nos mostrou com único propósito de se verificar o uso do livro didático e como os professores, alunos do ensino fundamental II, se utilizam dele e até que ponto isto interfere de maneira positiva ou negativa na vida dos alunos e dos professores.

O objetivo destas orientações, que são sugestões do MEC, tem a seguinte finalidade: Criar mecanismos que possibilitem ao professor fazer suas escolhas acerca do livro didático, mesmo que estes não sejam suficientes, isso nos mostra o poder de impor os livros que aí estão pelos programas do governo.

De acordo com Vesentini (2007, p. 167), “ao invés de a ditadura do livro didático, o bom professor deve ver nele, tão somente um apoio ou complemento para relação ensino aprendizagem que visa integrar criticamente o educando ao mundo.”

Ainda segundo Vesentini, (2007, p. 167):

Os livros didáticos dispõem de conteúdos que abordam suas especificidades, a grosso modo, as propostas de atividades que estão inseridas no livro didático, as mesmas trazem atividades, que precisaram ser executadas em sala de aula, sob a orientação do professor, juntamente com o livro didático do professor.

Seguindo este contexto, Santos (2000) cita que “aA maioria dos livros didáticos vem acompanhados do livro do professor, que integra sugestões para a condução das atividades propostas no respectivo livro didático.”

De acordo com o autor acima citado, os livros didáticos precisam de alguma forma conversar com os conteúdos trabalhados e estar atrelada à proposta curricular. Essa discussão não possui a finalidade de apontar para uma não aceitação dos livros didáticos, mas para que haja, da parte do professor, a necessidade maior de fazer um reforço com os livros didáticos que chegam e os quais irão trabalhar com seus alunos.

Ao debruçarmos a respeito da escolha do livro didático, o que se verifica é que há grupos distintos de professores que não têm como opinar sobre o livro, em especial, naquilo que se refere ao seu conteúdo e na sua proposta metodológica, e há outro grupo que não deixam de afirmar que o suporte técnico e a qualidade do livro didático é algo que não se pode questionar, mas nesta mesma linha de pensamento, percebemos que muitos autores afirmam a ausência de crítica a respeito do livro didático está vinculada à falta de preparo para opinar sobre o livro didático.

Segundo Yano (2005):

Se o livro didático for sua única fonte de informações e consulta e não for questionado, acatado com todas as instruções e facilidades como, por exemplo, as respostas prontas nos exercícios, podemos reservar para [o professor] o papel de consumidor e não de analista crítico ou construtor (YANO, 2005, p. 70).

Contudo, o que observamos é que, o uso do livro didático pelo professor implica na forma como ele ensina seus alunos, desde as atividades propostas, bem como a leitura dos textos contidos nos livros. É interessante notar que tudo isso passa a ideologia que vem impregnada neles e indicam ser o modelo mais absorvido pelos professores na sua prática em sala de aula.

Para Silva (2005) “a responsabilidade dos professores começa quando ele selecionam os textos. O professor, por adotar um livro ou mesmo produzir ou selecionar seus textos, transforma-se necessariamente, num corresponsável pelo ensino e encaminhamento da leitura.” (Silva, 2005, p. 32)

Segundo Yano (2005), “o livro didático quando bem explorado pode ser uma fonte para a reflexão, seja pela possibilidade que abre para novas leituras, seja como suporte e armazenamento de conhecimento”, esta autora afirma ainda que “outra dimensão importante quando da análise dos usos dos livros didáticos no cotidiano das práticas educativas escolares, deve ser procurada nas reações com o saber e com mecanismos para sua legitimação” (YANO, 2005, p. 20, p).

Para Biondo, (2007, p. 223), “Oos professores não devem se manter vinculados ao livro didático como principal instrumento de sua prática pedagógica, mas sim utilizar

outras matérias para o desenvolvimento de seu trabalho”.

Não se pretendemos entender como e de que maneira se dá o uso do livro didático por parte do professor, não é isso por si só, mas sim querendo fazer com isso, uma reflexão que abarca todas as estruturas que colaboram para a construção e elaboração do livro didático. Com isso, entendemos como as forças antagônicas que compõem esse emaranhado de livro didático cheguem à escola e, por conseguinte nas mãos dos atores deste processo, no caso professores e alunos.

Disto isso, afirma Carmagnani (1996, p. 127) , “uma análise crítica do livro didático não poderia deixar de considerar sua inserção no contexto geral do sistema educacional, o mercado o qual serve e, por fim, seus usuários, professores e alunos.”

5 O LIVRO DIDÁTICO: IDEOLÓGICO OU NEOLIBERALISMO

Para fazermos uma reflexão acerca da questão abordada referente ao livro didático, é importante respeitar a condição de mercadoria deste produto. Assim, nos afirma Alves (2002) que “o livro didático representa uma grande parte do mercado editorial brasileiro.”

Deste modo, o que se pode evidenciar é que de certa forma, o discurso de uma sociedade justa que esbarra na questão central que é o nosso foco. O Estado, ele age como agente distributivo e redistributivo, no sentido de atender aos conclames da sociedade.

Vale destacar que as relações entre o livro didático e a sociedade, escola não se acabam nos aspectos pedagógicos, mas possuem vínculos aos aspectos econômicos e políticos, e por meio dos quais é possível perceber, como afirma Bittencourt (2004) , “para um vasto setor ligado a produção de livros e também ao papel do estado, como agente de controle e consumidor dessa produção.”

Conforme cita Bittencourt (2004):

Sem sombra de dúvidas, o livro didático mesmo interpretado como um objeto cultural, que gera polêmicas e recebe críticas de muitos setores da sociedade, ainda é considerado um instrumento de ensino fundamental no processo de escolarização.

Nas questões das relação às políticas públicas, podemos assim afirmar que elas, de alguma forma, se configuram como ações do Estado. Podemos concordar com o PNLD, no Brasil, por exemplo, onde os investimentos abalizados transformam no maior programa referente ao livro didático (PNLD).

REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia M. **O Livro Didático e a Popularização do Saber Histórico.** In: SILVA, Marcos da (Org.). *Repensando a História* (1986). São Paulo: Anpuh/Marco Zero, 1984. P. 73-92.

ABRALE, ABRELIVROS. 2002. **Para formar um país de leitores: contribuições para a política do livro escolar no Brasil.** São Paulo: Abrale, Abrelivros.

ALVES, G. L. **A Produção da Escola Pública Contemporânea.** Campo Grande: Ed. UFMS; Campinas: Autores Associados, 2001.

ALVES, Nilda et al. (Org.). **Criar currículo no cotidiano.** São Paulo: Cortez, 2002.

ANDRADE, L. A. **Guia com orientações para utilização do aprender investigando em formações docentes.** Manaus: IFAM, 2016.

APPLE, M. W. **Educação e Poder.** Porto Alegre: Artmed, 1989.

_____. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____. **Conhecimento oficial: a edificação democrática numa era conservadora.** Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. **Ideologia e Currículo.** Porto Alegre: Artemed, 2006.

Araújo, U. (1999). **Respeito e autoridade na escola.** Em J.C. Aquino (Org.), *Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas* (pp. 31-47). São Paulo: Summus.

AUSUBEL, D. P. **Algunos aspectos psicológicos de la estructura del conocimiento.** Buenos Aires: El Ateneo, 1973.

AUSUBEL; NOVAK; HANESIAN. **Psicologia educacional. Tradução de Eva Nicket al. 2ªed.** Rio de Janeiro: Interamericana, 1980. Tradução de: *Educational Psychology*.

BIONDO, F. P. **A importância dos conhecimentos prévios no processo de leitura: Uma análise de livros didáticos do ensino fundamental.** *Revista Entretexos*. Londrina, v.7, p. 222-236, 2007. Disponível em <<http://www2.vel.br/revisgtas/entretexos/volume7.html>> Acesso em: 15 de setembro de 2017.

BITTENCOURT. **Livro didático e conhecimento histórico: Uma história do saber escolar**. 1993. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Livro didático e conhecimento histórico: Uma história do saber escolar**. 1993. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. **Livro didático e saber escolar: 1810-1970**. Autentica: Belo Horizonte, MG, 2004. p. 60-61 e 164-168.

BIZZO, N. **Ciências: fácil ou difícil?** São Paulo: Ática, 1998.

BOURDIEU, PIERRE. **La Misère du monde**. Paris, 1993.

BRANDÃO, Helena; MICHELETTI, Guaraciaba. **Teoria e prática da leitura. In: Ensinar e aprender com textos didáticos e paradidáticos**. São Paulo: Cortez, 1997.

BRASIL. **Programa nacional do livro didático (PNLD). 2012**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com-content&view=article>> Acesso em: 17 de Março de 2018.

_____. Secretaria da Educação Básica. **Guia de Livro Didático 2007: Ciências: séries/ anos iniciais do ensino fundamental/ Secretaria de Educação Básica**. – Brasília: Ministério da Educação, 2006. IN BRASIL, M.E, SEB. **Guia de livros didáticos**. PNLD: 2013.

_____. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) Caderno de Estudos do Curso Programas do Livro - PLi/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. 5a ed., atual. - Brasília: MEC, FNDE, 2014.

CAL, M. M. P. O papel do livro didático na construção do conhecimento. **Revista espaço da escola**. Ijuí, Ano 12, nº 48, p. 9-12. Abril/Junho, 2003.

CARMAGNANI, A.M.G. **A Argumentação e o Discurso Jornalístico: A Questão da Heterogeneidade em jornais ingleses e brasileiros**. PUC-SP: Tese, inédita, 1996.

CASTELLAR, S. M. **O livro didático: contribuições para sua utilização**. **Revista Espaços da Escola**. Ijuí, Ano 12, nº 48, p. 3-7. Abr/Jun, 2003.

CASTRO, Jorge Abrahão. 1996. **O processo de gasto público do Programa do Livro Didático**. Texto para Discussão nº 406. Brasília: IPEA.

CASTRO, C. **A Prática da Pesquisa**. 2ª Ed. São Paulo: Perason Prentice Hall, 2006.

CAMPOS. **Gerenciamento da rotina do dia-a-dia**. Belo Horizonte: INDGTecnologia e Serviços Ltda,2004.

CECCANTINI, João Luís C. Tápías. **Perspectivas de pesquisa em literatura infanto-juvenil**. In:_(Org.). *Leitura e literatura infanto-juvenil: memória de Gramado*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004.

CERTEAU, Michel De. **A invenção do cotidiano: artes do fazer**. 4. ed., tradução de Epharain Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Forense Universitária, 1994.

_____. **A invenção do cotidiano: As artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHOPPIN, Alain. 1998. **Las políticas de libros escolares en el mundo: perspectiva comparativa e histórica**. PÉREZ SILLER, J. y RADKAU GARCÍA, V. (coords.): *Identidad en el imaginario nacional. Reescritura y enseñanza de la historia*. México, Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades de la Universidad Autónoma de Puebla/El Colegio de San Luis y Georg Eckert Institut. pp. 169-180.

_____. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. In: **Educação e Pesquisa**. [online]. São Paulo, 2004, v. 30, n. 3, pp. 549-566.

DALAROSA, A. A. **Anotações à questão para que estudar história da educação?** IN: LOMBARDI, J.C. (ORG). *Pesquisa em Educação: História. Filosofia e Temas transversais*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SV. UNC, 2000, 180p. 2ª Ed. Fev. (Coleção Educação Contemporânea).

DARIN, A.; MEDEIROS, I. **Pequenos Exploradores. Ensino Fundamental – Anos Iniciais**. Editora: Positivo. Curitiba, 2014.

DAVIES. **As camadas populares nos livros de História no Brasil**, 1999.

DIAS, N. **PNLD e o Livro Didático dos Anos Iniciais: Estatística (2015)**. Disponível em: http://www.ufjf.br/ebrapem2015/files/2015/10/gd12_natalia_amorim.pdf Acesso em: 04 de Janeiro de 2018.

DECRETO-LEI. N° **91.542**, de 19 de agosto de 1985.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de Faria. **Ideologia no Livro Didático**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

FERRAÇO, C. E. **Currículos e conhecimentos em rede!** In: ALVES N.; GARCIA R.

L (Orgs). O sentido da escola. Rio de Janeiro: DPEA, 1999.

FIGUEIREDO, C. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007).** Disponível em: <http://pct.capes.gov.br/teses/2007/968930_5.PDF> Acesso em: 20 de Janeiro de 2018.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada.** 2 ed. – Campinas, SP: Papyrus, 1994. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

_____. **O livro didático de História: lugar de memória e formador de identidades.** In: Simpósio Nacional da Associação Nacional de História, 20, Florianópolis, 1999. História: fronteiras / Associação nacional de História. São Paulo: Humanitas, FFLCH, ANPUH, 1999.

FRANCO, M. L. P. B. **O Livro didático da história no Brasil: A versão fabricada.** São Paulo: Global Editora, 1982, 105p. (Coleção Teses Educação 9).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, M. Concepção dialética da educação e educação brasileira contemporânea. **Revista educação e sociedade.** Campinas: v. 8, p. 5-32, março, 1981.

_____. **Concepção dialética da educação: Estudo introdutório.** São Paulo: Cortez/Autores associados, 1992.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

GARCIA, R.M.C. **O Conceito de flexibilidade curricular nas políticas públicas de inclusão educacional.** In: Jesus, D. M. e col. (Org.). Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. (p.11-20). Porto Alegre: Mediação, 2007.

GATTI JUNIOR, D. **A escrita escolar da História da Cultura.** Rio de Janeiro, RJ: Ed. Civilização Brasileira S.A; 1978, 2ª Ed. (Coleção Perspectivas do Homem, V. 48 – série Filosofia).

GIACOMONI; STEIN. **Teste de Desempenho Escolar: um estudo de levantamento.** Psico-USF, Bragança Paulista, v. 18, n. 3, p. 407-416, set/dez 2013.

GIMENO SACRISTÁN, J. **Currículo e diversidade cultural, n: silva, t.t.; moreira, a. g. (orgs.) territórios contestados.** Petrópolis: Vozes, 1995.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem [Trad. Daniel Bueno].** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____. **Atos Impuros: a prática política dos estudos culturais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

GOODSON, I. **Currículo: teoria e história.** Petrópolis: Vozes, 1995.

HALLEWELL, Laurence. 1985. **O livro no Brasil: sua história.** São Paulo: T. A Queiroz.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. 1993.. **A FAE e a execução da política educacional:1983-1988. Tese (Doutorado em Educação).** UNICAMP.

LAJOLO, M. Livro Didático: **Um (quase) manual de usuário.** Em aberto, Brasília: INEP, V 16, N 69, JAN/MAR, 1996.

LAJOLO; ZILBERMAN, R. **A formação da leitura no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.

LINHARES, C. F.; GARCIA, R. L. **Observando jardins no chão das escolas. Simpósio internacional crise da razão e da política na formação docente.** Rio de Janeiro: Agora, 2001.

LOPES, A. **Currículo epistemologia.** Ijuí: Unijuí, 2007.

_____. **(Im)possibilidades de pensar a inclusão.** Trabalho apresentado na 30ª Reunião da ANPED. Programa e textos www.anped.org.br/. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), 2007.

_____. **Teorias de currículo [livro eletrônico].** – 1ª ed. São Paulo, cortez: 2013.

MACHADO, N. J. **Sobre livros didáticos: quatro pontos em abertos.** Brasília, v. 26, n. 69, p. 22-27.

MARTINS,E.; SILVA,H.F.P. **As imagens do Negro no Livro Didático de História.** Revista Pitágoras –ISSN 2178-8243, Nova Andradina/MS, v. 1, n. 1ago/dez 2011. Disponível em: <<http://faculdaedefinan.com.br/pitagoras/downloads/numero1/as-imagens-do-negro-no-livro-didatico.pdf>> Acesso em: 09 de maio de2017.

MATTOS, HEBE. **O ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil.** In: ABREU, Martha e SOIHET, Raquel. (Orgs). Ensino de História. Conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 127-137

MEC. 1993. **Plano Decenal de Educação para todos.** Brasília: MEC. (versão acrescida). .

MEGID NETO, J.; FRACALANZA, H. O livro didático de ciências: problemas e soluções. **Ciênc. educ.**, Bauru, v. 9, n.2, pp.147-157, 2003.

MENDONÇA, C. **Território e Sociedade no Mundo Globalizado.** Editora: Moderna, 2011.

MINORELLI, C; CHIBA, C. **Juntos nessa – História**. São Paulo: Leya Brasil, 2014.

MORAIS, M.; ANDRADE, M.; FONSECA, M. **Pequenos Exploradores – Ciências – 2º ano**. Editora: Positivo, 2014.

MOREIRA.; MASINI. Aprendizagem significativa, a teoria de David Ausubel. São Paulo: Moraes, 1982. IN LUCENA, E. M. **Uma análise simples dos organizadores prévios em livros didáticos de física do ensino médio**. – Universidade Estadual da Paraíba – Centro de Ciências e Tecnologia – Curso de Graduação Licenciatura Plena em Física Campina Grande – Paraíba: 2014. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/7242/1/PDF%20-%20Eut%C3%ADcia%20Maria%20Lucena%20Ribeiro.pdf>> Acesso em: 12 de Março de 2018.

MOREIRA. **O Sistema de Instrução Personalizada**. In Moreira, M.A. (Org.) Ação Docente na Universidade: textos relativos a componentes básicos do ensino. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS. 214p, 1983.

_____. **Aprendizagem significativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

_____. **Aprendizagem significativa crítica**. Porto Alegre: Ed. do Autor, 2005.

_____. **Organizadores prévios e aprendizagem significativa**. 2012. Instituto de Física de la UFRGS – Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://moreira.if.ufrgs.br/ORGANIZADORESport.pdf>> Acesso em: 12 de Março de 2018.

MOREIRA, L. D.; ANJOS, M. B; ROÇAS, G.; CARDOSO, S. P. A saúde e o ambiente nos livros didáticos: vieses no ensino de ciências. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 6, n. 1, 2013.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa Instituto Piaget, 1990.

NEUMANN; RODIO; STRIEDER. **O programa nacional do livro didático (PNLD) e sua efetivação segundo professores do município de Santa Helena – PR (2015)**. Disponível:<http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2015/anais/sofia_neumann_4.pdf> Acesso em: 15 de Dezembro de 2017.

NÓVOA, Antonio. **Os professores e sua formação**. Tradução de Graça Cunha, Cândida Hespanha e Conceição Afonso. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, João Batista Araújo, GUIMARÃES, Sonia Pinto Dantas, BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. 1984. **A política do livro didático**. 2ª ed. Campinas/São Paulo: UNICAMP/Summus.

PAIVA; MORAIS; FONSECA. **Aquisição de segunda língua**. São Paulo: Parábola,

2014.

PASSINI, Elza Yasuro. **Alfabetização Cartográfica e o Livro Didático: uma análise Crítica**. Belo Horizonte: Editora Lê, 1998.

PÉREZ GOMES, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. Editora: Artmed, 1998.

PONTUSCHKA, Nídia N. et al. O livro didático de Geografia. In: PONTUSCHKA, Nídia N.; PAGNELLI, Tomoko I.; CACETE, Núria H. **Para ensinar e aprender geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

PONTUSCHKA, Nídia. **Para ensinar e aprender geografia: 3ª ed.** São Paulo: Cortez, 2009.

PRIORI. **A concepção de História nos manuais didáticos: Uma releitura. História e Ensino**, Londrina, v1, p. 17-22, 1995.

RAMOS, F. B. e PANOZZO, N. S. P. **Entre a ilusão e a palavra: buscando pontos de ancoragem**. Disponível em: http://www.ucm.es/info/especulo/numero26/ima_infa.html. Acesso em 23 de Maio de 2017.

FIGUEIREDO, CÉLIA. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)** – Tese de Doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. Disponível em: <http://pct.capes.gov.br/teses/2007/968930_5.PDF> Acesso em: 09 de Março de 2018.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed: 2000.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna, estudos avançados**. v .2, p. 56-71, 1988.

_____. **"O todo é igual a cada uma das partes"**, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52-53, 5-14.

_____. **O discurso e o poder**. Porto Alegre: Fabris, 1988. SAPELLI, Marlene Lucia Siebert (org.). **Livro didático: a serviço de quem?** Cascavel: ASSOESTE, 2005.

SANTOS, G. R. **Convergências e divergências entre as atividades e proposta teórico metodológica no livro didático: o caso ALPI**. 2000. 148f. (Dissertação Mestrado em educação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2000.

SANTOS, Wildson Luiz; CARNEIRO, Maria da Silva. Livro didático de ciências: fonte

de informação ou apostila de exercícios. In: **Contexto e Educação: Ano 21**. Julho/dezembro, Ijuí: Editora Unijuí. 2006

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. São Paulo, Sp. Editora Autores Associados: Cortez Editora, 1985, 7ª Ed. 96p. (Coleção Polêmica do Nosso Tempo, V5).

_____. **Escola e Democracia: Teorias da ed., curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. – 40ª ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCHAFER. **O livro didático e o desempenho pedagógico: Anotações de apoio à escola do livro texto**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

SCHMIDT, Maria A.; GARCIA, Tânia M.F. **A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história**. Cad. Cedes, Campinas, v. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez.2005.

SILVA, T. T. **Documento de identidade: uma introdução as teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura**. 10 ed. São Paulo: Corte, 2005.

SILVA, S. de C. R. da; SCHIRLO, A. C. **Teoria da aprendizagem significativa de ausubel: reflexões para o ensino de física ante a nova realidade social** – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Campus Ponta Grossa. – *Imagens da Educação*, v. 4, n. 1, p. 36-42, 2014. Disponível em: <eduem.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/download/22694/12393> Acesso em: 09 de Março de 2018.

SOARES, L. J. **A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais**. Revista Presença Pedagógica, v.2, n.11, Dimensão, set/out 1996.

SOARES, Leôncio J. G. **Diretrizes Curriculares Nacionais: Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Revista Brasileira de Educação, n. 2, jan.-abr./2004.

SOUZA, Renata Junqueira de. **Narrativas Infantis: a literatura e a televisão de que as crianças gostam**. Bauru: USC,1992.

SOUZA, Paulo Renato. 2005. **A revolução gerenciada: educação no Brasil (1995-2002)**. São Paulo: Prentice Hall.

STEFANELLO, A. **Didática e avaliação da aprendizagem no ensino de Geografia**. Curitiba; Ibpex; 2008.

TEIXEIRA, F; BRAGA, R. **A aventura do saber: História, 4 volume**. Editora: Leya

Brasil. São Paulo: 2015.

VESENTINI. Geografia e ensino: Textos críticos. in **Caminhos da Geografia**. José William Vesentini (org.)-tradução Josette Gian –4ªed.-Campinas,SP: Papirus;1995.

_____. A questão do livro didático no ensino da geografia. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri Carlos (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

YANO, D. **O silenciamento das vozes críticas no livro didático**, 2005, 145f. Dissertação (Mestrado em estudo da linguagem) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

ZAMBONI, Ernesta. **Projeto pedagógico dos parâmetros curriculares nacionais: identidade nacional e consciência histórica**. Cad. CEDES., Campinas, v.23, n.61, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622003006100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 de Maio de 2017.